



3571025



00135.206603/2023-92



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ATA 313 ^a ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA ABRIL
DATA: 19 E 20/04/2023

Nos dias dezoito e vinte do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, no Auditório Ana Paula Crossara, Edifício Parque Cidade Corporate, localizado no Setor Comercial Sul Quadra 9, Torre A, 8º e 10º andares, Asa Sul, Brasília – DF, foi realizada a Tricentésima Décima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. **No dia 19/04/2023** estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ariel de Castro Alves (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Ana Cláudia Cifali (Instituto Alana); Bruna Bragança Boreli Volponi (Ministério da Saúde); Diego Bezerra Alves (MDHC/SNDCA); Fabiane Macedo Borges (Ministério do Desenvolvimento); Giuliana Hernandez Cores (MDHC/SNDCA); Marco Antônio Soares (CUT); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Evelinny Gonçalves Pereira Lopes (MPS); Jonata Carvalho Galvão da Silva (MJSP); Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá (MNMMR); Maria Luiza Moura Oliveira (SNDCA/MDH); Marina de Pol Poniwas (CFP); Vice Presidente Marta Volpi (ABRINQ); Rozangela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Sandra Alves da Mata e Souza (MEC); Tatiana Augusto Furtado Gomes (SALESIANO); Laurenice Alves de Castro (Secretária Executiva do CONANDA); Professor Marquinhos (Ex. Presidente do Conanda); Enid Rocha de Andrade da Silva (Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA). Representantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA): Caique Gomes de Oliveira (SP); Ísis de Jesus Reis (SE); Kleber José Tavares de Sá (AP); Rayssa Rodrigues de Souza (GO); William Eleutério Azevedo dos Santos (SE); Yasmin Santos Oliveira (SE). Convidados: Primeira Dama Janja Lula da Silva; Sr.^a Ministra Rita Cristina de Oliveira (Secretária Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania); Maria do Rosário (Deputada Federal); Érica Kokay (Deputada Federal); Adriana Acorsi (Deputada Federal); Marina Lacerda (Chefe de Gabinete do Ministério dos Direitos Humanos); Elisa da Silva Ferreira (Movimento Nacional de Direitos Humanos); Mônica de Alckmin Moreira Nunes; Mayara (coordenadora do sistema socioeducativo); Marcos A. C. Natalino (Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – Instituto de Política Econômica Aplicada - IPEA.); Ricardo Melo (Secretário Nacional do Fórum Nacional Adolescente). **No dia 20/04/2023** estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ana Cláudia Cifali (Instituto Alana); Ariel de Castro Alves (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Bruna Bragança Boreli Volponi (Ministério da Saúde); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Eloi Gallon (CNBB); Evelinny Gonçalves Pereira Lopes (MPS); Fabiane Macedo Borges (Ministério do Desenvolvimento); Marco Antônio Soares (CUT); Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá (MNMMR); Maria Luiza Moura Oliveira (SNDCA/MDH); Marina de Pol Poniwas (CFP); Marta Volpi (ABRINQ); Rozangela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Sandra Alves da Mata e Souza (MEC); Sonia Ioyama Venancio (MS); Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspetoria São João Bosco – Salesiano); Maria Gutenara - coordenadora de políticas temáticas; Laurenice Alves de Castro (Secretária Executiva do CONANDA); Mayara (Coordenadora do Sistema Sócio Educativo) Professor Marquinhos (Ex. Presidente do Conanda); Alexsandro do Nascimento Santos (diretor de políticas e diretrizes da educação integral básica no Ministério da educação- MEC); Thaíse Bauer (Secretaria executiva da coalizão pelo sócio educação); Tereza Santos Faria (Ministério da Educação). Representantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA): Caique Gomes de Oliveira (SP); Ísis de Jesus Reis (SE); Kleber José Tavares de Sá (AP); Rayssa Rodrigues de Souza (GO); William Eleutério Azevedo dos Santos (SE); Yasmin Santos Oliveira (SE). Convidados: Ativista Symmy Larrat (Secretária Nacional dos Direitos da População LGBTQIA+; Ana Paula Mota Costa (Professora na Universidade Federal Rio Grande do Sul); Ricardo (Representado do Fórum DCA); Paulo (Representante do Estado de Roraima). **19/04/2023 – Abertura da 313ª Assembleia do Conanda:** O Presidente Ariel de Castro Alves iniciou a reunião cumprimentando a todos. Em seguida, realizou a chamada dos Conselheiros e conselheiras presentes. Havendo *quórum*, apresentou e contextualizou a seguinte pauta prevista para os dois dias de reunião: Dia 19/04/2023: 1. Abertura da 313ª Assembleia do Conanda. 2. Aprovação da Ata da 312ª Assembleia Ordinária. 3. Informes da Secretaria Executiva do Conanda. 4. Visita da Primeira-Dama: Senhora Janja e da Secretária Executiva do MDHC: Rita Cristina de Oliveira. 5. Intervalo Almoço; 6. Proposta de resolução “18 de maio”. 7. Apresentação do MEC plano contra a violência na escola – Yann Evanovick Leitão Furtado. 8 – Apresentação do IPEA – Pesquisa “Crianças em Situação de Rua”; 9. Relato da Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP. 12. Encerramento. Dia: 20/04/2023. 1. Abertura da 313ª Assembleia do Conanda; 2. Comitê de Participação de Adolescentes CPA; (Novo Ensino Médio). 3. Diretor do MEC – Alexsandro do Nascimento Santos; 4. Revisão do Calendário das reuniões das comissões; 5. Decreto 11.473 – Recomposição Sociedade Civil.; 6. Relatoria da Comissão Organizadora da XII Conferência – COCNDCA. 7. Intervalo Almoço; 8. Relatoria da Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças – COF; 9. Relatoria da Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP; 10. Relatoria da Comissão Permanente de Ações Parlamentares – CDHAP; 11. Relatoria da Comissão Permanente de Mobilização e Formação – CMF; 12. Encaminhamentos; 13. Encerramento. Ato contínuo, O Presidente Ariel de Castro Alves iniciou a Abertura da 313ª Assembleia do Conanda, cumprimentando a todos, cumprimentou os Adolescentes presentes, agradeceu a presença da primeira dama da República Federativa do Brasil Janja Lula da Silva, de todos os Parlamentares, dos Deputados e ministros presentes. Dos secretários, coordenadores e equipe do Conanda. Em seguida, realizou a chamada dos Conselheiros e conselheiras presentes. A Primeira Dama Janja Lula da Silva saudou a todos e expressou orgulho em participar da Assembleia e principalmente da reconstrução do Brasil e acentuou estar juntos nesses 4 anos, discutindo esse tema importante que é a proteção da criança e do adolescente e destacou que o Conanda é fundamental nessa representatividade de lutar e defender questões nesse Conselho. Como a exploração sexual de crianças e adolescentes, de crianças em situação de rua bem como

outras pautas importantes. Informou também que os governadores e todas as instituições do Governo Federal, se reuniram para tratar da questão da violência nas escolas, que é um desafio de toda a sociedade e do Conselho em propor ações de medidas afim de diminuir a aflição dos pais. Discutiu que é preciso abolir essa cultura do ódio e transformar em cultura da paz, da solidariedade, que é tão típica do povo brasileiro, que é preciso voltar a sentir essa segurança e tranquilidade na sociedade. Desejou que nesse Conselho se produza ações efetivas e propostas de ações de proteção e de cuidado com as crianças e adolescentes, refazendo e construindo novos caminhos. Destacou estar trabalhando em propostas na construção do dia 18 de maio. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu a Primeira dama Janja Lula da Silva as boas vindas e mencionou a suplementação dos recursos do o Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM, que dobrou de 18 milhões para mais 19 milhões e com isso se pretende atingir Estados, qualificar e fortalecer o programa, fortalecer que hoje protegendo cerca de 600 pessoas de crianças, adolescentes e os familiares e pontuou que será revolucionário na proteção da infância de juventude e na garantia da prioridade absoluta. E em seguida, passou a palavra para a Ministra Rita de Oliveira interina dos Direitos Humanos. A Ministra Rita de Oliveira cumprimentou a primeira dama pela sua presença e do compromisso com os direitos humanos e a proteção das crianças e adolescentes. Destacou o esforço do Ministério em garantir a ampla participação social na execução e proposição de políticas públicas, especialmente na proteção das crianças e adolescentes. Ressaltou a importância de trabalhar juntos nas medidas de proteção e de reflexão sobre o uso imoderado das mídias digitais, que podem afetar a saúde mental das crianças e adolescentes. Informou que há um diálogo com as plataformas digitais para pensar em estratégias que empoderem a sociedade, a comunidade e os familiares a fim de conter esses ataques. Destacou o plano de educação e direitos humanos, com a capacitação de gestores e educadores para estabelecer um ambiente escolar seguro e combater a mortalidade de crianças e adolescentes. Enfatizou a importância de dialogar sobre a política de armamento e segurança pública para proteger as crianças e adolescentes e resguardar a segurança pública cidadã. Por fim, esclareceu ter muito trabalho pela frente nesse espaço social e conta com o apoio do Governo Federal para um debate saudável com a sociedade. A Vice-Presidente Marina de Pol iniciou sobre a atuação do Conselho Federal de Psicologia na sociedade brasileira. Destacou que o Conselho tem muitos desafios na reconstrução das políticas públicas para a infância no país, em especial no contexto da pandemia e suas consequências. Mencionou a necessidade de reorganizar a política de erradicação do trabalho infantil e a construção de políticas de proteção integral para crianças órfãs, além de enfrentar a violência contra crianças e adolescentes indígenas e nas escolas. Enfatizou a importância da psicologia na compreensão desses fenômenos complexos e na proteção das crianças e adolescentes. Destacou que a Sociedade Civil e o Governo a unir forças na criação e fortalecimento de políticas públicas para a infância e adolescência no país, com o objetivo de promover uma reparação social. O Presidente Ariel de Castro Alves mencionou com relação as ações dos 100 dias do Governo na área da criança como a merenda escolar que foi reajustada em 40%; a volta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, programa de enfrentamento a fome que atinge principalmente as crianças e adolescentes e o novo bolsa família que prioriza as crianças e adolescentes principalmente na primeira infância. Citou sobre o relatório publicado com as várias ações feitas na missão e que o Ministério deu continuidade ao plano de ação, relacionado às crianças e adolescentes yanomami. O Adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos salientou a importância do CPA e da participação efetiva dos Adolescentes nas diversas pautas, destacou os direitos que traz o artigo 4º do ECA. Frisou não somente a participação no Conanda, mas a participação em diversos Conselhos, entidades e órgãos que debatam sobre os nossos direitos dos adolescentes. Foi destacado a importância do fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, na questão de garantir direitos nessa efetiva participação e interligação das diversas secretarias e órgãos. Mencionou o artigo 227 da Constituição Federal que traz a criança e adolescente como prioridade absoluta e não em retrocesso. O Presidente Ariel de Castro Alves informou que pela primeira vez na história se terá uma Resolução do Tribunal Superior Eleitoral para que todas as Justiças Eleitorais dos Estados e dos Municípios, estejam apoiando com as urnas eletrônicas. Agradeceu o Sr. Diego que foi Presidente, por estar à frente dessa luta em manter o Conanda nesses últimos anos e garantiu a continuidade deste Conselho. A Adolescente Rayssa Rodrigues de Souza reforçou que a exploração sexual de crianças e adolescentes, se agravou muito últimos anos e destacou a importância de garantir a segurança de crianças e adolescentes, como prevenção ao abuso e exploração. Pontuou resgatar a importância da campanha do 18 de maio, como forma de conscientização e prevenção ao abuso exploração de crianças e adolescentes. O Adolescente Caique Gomes de Oliveira informou sobre os recursos defasados, destinados ao combate do trabalho infantil o que dificulta o acesso a dados de pesquisa sobre esse tema, pontuou o fato de apologia ao trabalho infantil e da exploração sexual. Mencionou também a PEC 18 de 2011, onde querem fazer uma alteração no inciso 33 do artigo 7º da Constituição Federal, que propõe a redução à idade mínima de trabalho formal, o que afetará a vida de criança e adolescentes em vários âmbitos, tais como educação saúde entre outros. A Adolescente Isis De Jesus reforçou o aumento dos casos de violência no âmbito escolar, que vem se agravando em grande proporção. Informou que o Conanda emitiu uma recomendação da não divulgação das informações dos casos. E cogitou medidas eficazes para garantir a proteção das crianças e adolescentes de toda a comunidade escolar. O Adolescente Cleberson Sá mencionou sobre a RedSurca, *Rede Sur de Crianças e Adolescentes*, é uma *rede de organizações de crianças e adolescentes dos países membros e associados ao Mercosul*. Destacou sobre excelência na participação do CPA do Brasil na última gestão da RedSurca, a qual foi muito bem representado. A Adolescente Yasmin Santos Oliveira discorreu sobre a importância da participação do CPA nesses espaços, como o Conanda, que traz diferentes perspectivas e pontos de vista das realidades dos adolescentes em diferentes Estados. Discorreu sobre a pauta levantada pelo CPA, sobre o tema dos impactos da pandemia na vida de crianças e adolescentes, que influencia negativamente na vida dos adolescentes nas escolas e que precisam ser revertidos, para que não haja retrocesso no país. Destacou a participação do CPA, na semana de comemoração dos 33 anos do ECA, para fortalecer a participação dos adolescentes e que estes se sintam representados na luta pela garantia dos seus direitos. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu ao CPA e a todos os adolescentes que se manifestaram nesse processo de fortalecimento do Conanda e na reestruturação das Políticas para Criança e Adolescente e que mobilizará para o encontro dos 47 adolescentes com o presidente Lula. A Deputada Maria do Rosário parabenizou à sociedade civil pela volta do Conanda, que hoje é um projeto do Brasil que prioriza as crianças e adolescentes e convidou para participar da frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que nunca deixou de existir e é a precursora nessa luta do direito dessa criança e da democracia. Informou que a frente parlamentar hoje é mista e que tem como princípio a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente e a referência é o Conanda, é a não violência, a proteção integral de direito, a prioridade absoluta, a garantia a toda criança Brasileira. Acentuou que crianças brasileiras merecem o melhor e quem faz discurso de ódio direcionados ao sofrimento da infância brasileira e das suas famílias, estão cometendo uma grave revitimização e violência contra infância brasileira. E destacou a retomada da frente parlamentar referenciada no ordenamento legal brasileiro da Constituição do estatuto e na convenção dos direitos das crianças das Nações Unidas. Reforçou o convite ao Conanda, a

Primeira Dama Janja Lula Da Silva, aos adolescentes e toda a Sociedade brasileira e acredita que juntos marcará o dia 18 de maio, pela defesa de Direito da Infância Brasileira. A Sra. Ana Paula Lima considerou o belíssimo trabalho e da volta do Conanda e destacou o trabalho feito no ano anterior em respeito à defesa da Democracia. Agradeceu o convite e diz estar à disposição e informou que no Congresso Nacional já estão debatendo a redução da idade penal, o armamento e outras pautas que estão surgindo através da tragédia que aconteceu na cidade de Blumenau. A Deputada Federal Adriana Acorsi expressou o carinho ao Conanda, que tem resistido na defesa dos Direitos da Criança e Adolescente em todo o país. Mencionou estar vivendo um momento de reconstrução no desenvolvimento e civilidade do país através da forma que se cuida das crianças e adolescentes, e por isso a importância em investir na educação, na garantia dos direitos e na democracia. E ponderou que a Comissão de Segurança Pública vem lutando pela garantia dos Direitos da Criança e Adolescente e no combate à violência. A Deputada Erika Kokay reforçou que não haverá democracia e justiça nesse país, enquanto tiver crianças não respeitadas na sua humanidade e a presença dos adolescentes reacende as chamas da solidariedade e humanidade contra a necropolítica, a naturalização do próprio ódio e a naturalização das desigualdades. A Ministra Rita Cristina de Oliveira encerrou agradecendo a recepção e considerou o fortalecimento e construção de um novo Brasil, retomando os avanços conquistados e construindo novos horizontes, projetos de presente e futuro que realmente fortaleça as nossas crianças, as redes de proteção das crianças nas suas diversas diferenças. Ressaltou que o projeto de construir uma política pública de direitos humanos de fato como uma política de estado, que englobe a proteção das crianças e adolescentes, e juntamente com a sociedade se construa um alicerce firme nessa direção. A Primeira Dama Janja Lula da Silva acentuou estar honrada em participar da reunião, também como uma companheira de luta na questão dos Direitos da Criança e do Adolescente e ressaltou fazer questão de participar da reunião afim de ouvir, aprender e poder dividir com o Presidente Lula os anseios e as necessidades que essa pauta apresenta. E confirmou estar presente no dia 18 no Palácio do Planalto para discutir algumas discussões levantadas em pauta. O Presidente Ariel de Castro Alves iniciou a aprovação da Ata da 312ª Assembleia Ordinária. Havendo *quórum*, a ata foi aprovada por todos. Em seguida, a Sra. Laurenice Alves discorreu a respeito dos Informes da Secretaria Executiva do Conanda. A Sra. Laurenice Alves de Castro comunicou que na assembleia anterior houve alguns encaminhamentos pela mesa diretora as comissões, principalmente a CPP. Pontuou o Ofício Movimento Infância Plena, foi respondido pela Comissão e a Secretaria executiva deu os encaminhamentos, o Ofício da Deputada Luciane Cavalcante da Criança em situação de rua em São Paulo, foi respondido e encaminhado pela Secretaria Executiva, o Despacho referente ao CIPE, uma notícia fato foi encaminhado para SGD, o despacho com Ofício 04 do CMDCA de Rio Preto, foi encaminhado para coordenação do SGD, o convite da Associação Catarinense de Ex Conselheiros Tutelares de Direitos da Criança e Adolescente houve resposta Direta do SGD, com a representação do Coordenador Diego, do convite para Vice-Presidente Marina participar do 2º Encontro de Conselheiro tutelares em Pinhais no Paraná, está em discussão na mesa diretora para que haja a representação do Conanda, o convite do Presidente do CMDCA para a 12ª Conferência no Amapá está sendo analisado na mesa diretora a participação do Conanda. Pauta sobre o Conselho Tutelar, todas as solicitações estão sendo encaminhadas para a Secretaria Executiva com vistas do Coordenador Diego da SGD; a pauta da dignidade menstrual, a Conselheira Sônia está fazendo as verificações dentro do Ministério da Saúde para repassar. Discorreu que no período da última Assembleia até o momento foi deliberado uma Moção para a família da Mariele, encaminhado pelo Conselheiro Fred, foi aprovado e encaminhado. Neste período também foi aprovado mais 2 Moções: um referente a Blumenau pela Conselheira Malu, foi aprovado e encaminhado e a outra Moção de apoio às redes de mídia, foi encaminhado; a nota de repúdio encaminhada pelo Conselheiro Romero também já foi encaminhada. O Presidente Ariel de Castro Alves acrescentou um informe que interessa a todos, na possibilidade do lançamento de iniciativa junto ao do Ministério da fazenda, para que todos os bens apreendidos pela Receita Federal, incluam como prioridade a destinação para o Sistema de Garantia de Direitos, por meio de equipamentos equipar o Conselho Tutelar, os Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, o Conanda, o CPA e áreas de possibilidade de Emendas Parlamentares. Porque já existe uma legislação que trata das prioridades de destinação de mercadorias apreendidas pela Receita Federal do Brasil, mas com essa iniciativa e apoio da procuradora da Fazenda Nacional, irá fortalecer e contribuir aos Conselhos e escolas nessa reestruturação com a participação do Conanda. A Vice-Presidente Marina de Pol apresentou mais um informe sobre o Processo Eleitoral do Fórum Nacional do Direito da Criança e do Adolescente, na recomposição de um novo secretariado e convidou o Secretário Ricardo para apresentar a nova composição do Fórum Nacional DCA. O Sr. Ricardo Melo cumprimentou a todos e reforçou que Fórum Nacional do Direito da Criança e do Adolescente, é uma articulação da Sociedade Civil, com alcance em 27 Fóruns Estaduais DCA, entidades filiadas, parceria e articulação pública na pauta da infância. Agradeceu ao Fórum Nacional pela representação no grupo de trabalho sobre o processo de escolha que em breve será indicando o representante para acompanhar a pauta nacional. Considerou que esse é um momento de retomada, reconstrução e avanço do Direito do Adolescente. A Vice-Presidente Marina de Pol pontuou de que como haverá outras reuniões da Sociedade Civil, é necessário indicar mais 04 representantes para acompanhar o fórum Inter Conselhos, com uma previsão de calendário de reunião já agendadas para junho em agosto. O Conselheiro Eloi Gallon destacou contribuir caso haja dificuldade nos Estados e tiver necessidade de representação do Conanda em conferências estaduais ou outras questões. A Sra. Débora de Carvalho questionou sobre a aprovação da pauta e por ser uma questão de ordem dada a importância do nosso debate sobre o Decreto, sugeriu uma mudança na ordem pelo horário e pela questão da transição. O Presidente Ariel de Castro Alves colocou em discussão e votação a proposta da Sra. Débora com relação a mudança da pauta da transição a partir do novo Decreto, onde passa a ter 15 titulares, 15 suplentes da sociedade civil e do governo. Destacou que a Sociedade Civil é a principal interessada na transição a partir do Processo Eleitoral que já foi realizado e se será reaproveitado ou não. Sendo assim essa decisão cabe a Sociedade Civil e de que forma esse processo vai ser reaproveitado e as suplências irão compor a titularidade, considerando a falta de 2 suplentes porque tinham 28. Entendeu que não irá prejudicar o andamento do Conanda. Informou que ficou aprovada a proposta de transferência do horário na pauta da Assembleia do dia 20/04, da discussão da transição ficando alterado de 16h para as 14hs. E logo em seguida retomou a pauta. O Sr. Jonata Carvalho destacou medidas adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para combater a disseminação de notícias de ódio e incitação à violência nas redes sociais. A Portaria 351/2023 impõe regramentos e consequências para o descumprimento dessas regras, incluindo multas e até mesmo a proibição de funcionamento das redes sociais em território nacional. Ressaltou a importância de se discutir, no âmbito da Política da Infância e Juventude, a necessidade de limitar a disseminação de conteúdo de ódio e violência nas redes sociais, bem como adotar melhores condutas no recebimento das denúncias relacionadas a esses temas. Destacou outro ponto que trata de um canal de denúncia, que foi aberto no âmbito do Ministério da Justiça, para receber informações sobre possíveis ataques contra as escolas. Esse canal de denúncia está no site do MJ gov.br/mj, onde qualquer pessoa pode de forma anônima colocar informações sobre possíveis atos, planejamento ou circulação de conteúdo de violência nas escolas. Destacou continuar com a política em receber

essas denúncias, porque é preventiva e pode interromper essa onda de atos de violência nas escolas. E servirá de locais de acolhimento, que querem compartilhar os medos e possíveis ataques e considerou preocupação em um planejamento pós denúncia, em criar um sistema de socioeducação que dialogue diretamente com esse Conselho. O Presidente Ariel de Castro Alves destacou a importância do CPA, no interesse e participação dessa temática. E declarou que o Conanda fica à disposição em participar desses assuntos e informou outra iniciativa, que foi criado o canal específico o *Disque 100* pelo *WhatsApp*. Acrescentou ainda que foi divulgada uma nota em nome do Conanda de repercussão para fortalecer os meios de comunicação, para que não divulguem os agressores, para que estes não saiam da invisibilidade dessa forma. Mencionou outra iniciativa onde foi feita uma nota de pesar específica sobre essa questão. A Sra. Mayara preocupou dos gestores em receber adolescentes nos centros de internação provisória e medidas de privação de liberdade, devido a um novo perfil que chega no sistema educativo. Exaltou o sistema socioeducativo, que vem sendo discutido em reuniões no Brasil e no exterior, com um acompanhamento das questões discutidas. Registrou a importância de pensar em estratégias para aproveitar esse momento trágico e desenvolver ferramentas para a socioeducação, a partir da educação, evitando que a segurança pública ganhe mais espaço nesta área. A Conselheira Maria do Socorro reforçou a situação dos adolescentes em medidas socioeducativa e mencionou casos de violências nas escolas em que crianças são apreendidas como suspeita, onde esses adolescentes são encaminhados para uma unidade de internação provisória, como suspeita e com busca e apreensão em suas casas, recaindo sobre os adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade, em situação de ruas, que acabam recebendo medida socioeducativa de forma irregular e sugeriu ao Conanda que se possa investigar esses fatos denunciados. O Sr. Jonata Carvalho entendeu o posicionamento, mas pontuou não dá para tomar como verdade, uma suspeita ou uma apreensão ilegal. É preciso averiguar se houve algum tipo de irregularidade e a partir disso tomar providências e não frear uma ação do governo necessária nesses casos de atos de violência como o sistema de justiça e de socioeducação que deve funcionar tomando ações necessárias. O Sr. Diego Bezerra agradeceu a oportunidade de contribuir nesse Conselho e agradeceu o Sr. Jonathan por intervir na importância de se responder a altura do desafio do momento desse tema dos ataques das escolas, que hoje é a principal ameaça à sociedade brasileira. Destacou que é preciso lidar de imediato, com as medidas necessários para que a sociedade, as crianças e adolescentes se sintam protegidas para ir à escola. Ressaltou que qualquer coisa que vá na contramão disso, prejudica muito nesse momento e coloque em questão as atitudes do governo. Enfatizou que deve ser levado com muita responsabilidade qualquer atitude e questionamento a essas medidas, é o caso de se analisar e basear em casos concretos e não levantamentos genéricos. Destacou trazer elementos reais para análise e mobilizar os atores do Sistema de Garantia de Direitos em cada cidade para garantir os direitos dos adolescentes vítimas ou autores de crimes, em parceria com os Conselhos tutelares. Mencionou a importância do Conselho dos direitos dos adolescentes e como ele está sendo tratado com prestígio e importância pelo governo e sociedade brasileira. Observou que o Conselho é visto como um pilar essencial na garantia dos direitos das crianças e adolescentes e sua importância deve ser colocada na pauta de prioridade da nação, conforme a Constituição. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu a participação e sugeriu uma videoconferência com os Conselhos Estaduais e Municipais, para tratar da questão da violência nas escolas, dialogando com o sistema de garantia de direitos, pensando em protocolos específicos que tratem do enfrentamento da violência escolar. Mencionou a Flasco que tem um trabalho no enfrentamento da violência, pesquisas, mediação de conflitos. Sugeriu por questão de ordem fazer o intervalo para o almoço voltando pontualmente às 14h com pauta do 18 de maio e em seguida a pauta da violência nas escolas. A Vice-presidente Marina de Pol deu início aos trabalhos após intervalo, a Presidente Marina iniciou a reunião cumprimentando e verificou o quórum. Verificado o quórum, solicitou que a Conselheira Juliana apresente a Proposta de Resolução. A Sra. Giuliana Hernandes solicitou que fosse projetada a Proposta Resolução do Conselho dos Direitos de Crianças e Adolescentes e destacou que essa Resolução foi pensada como se conseguiria viabilizar por dentro do Conselho como uma resposta de algumas políticas estruturantes sobre o enfrentamento da violência sexual de criança e adolescente, com estratégias e resposta a plenária anterior, onde houve uma mobilização forte sobre a pauta, principalmente do CPA. Considerou a necessidade de ações de impacto para dar visibilidade ao tema da morte de Araceli, que completa 50 anos. Destacou também a importância da Sociedade Civil no planejamento de políticas públicas, e a proposta de criação de Comitês para implementar o decreto 9.603 de 2017. Informou que a resolução foi discutida e ajustada pelos Conselheiros e recebeu cooperação do Conselho Nacional do Ministério Público. Observou que durante a leitura da proposta, foi levantada uma dúvida em relação ao Inciso 2º, que fala sobre todas as organizações da Sociedade Civil da localidade afetadas, sugerindo mais clareza na redação. O Presidente Ariel de Castro Alves após a apresentação colocou em votação a Resolução do Conanda de Enfrentamento a Violência e considerou então aprovada a resolução e agradeceu a Sra. Juliana, a todos Conselheiros e Conselheiras e aos adolescentes pelo encaminhamento dessa Resolução. Cumprimentou e agradeceu ao Coordenador Fábio Silvestre que foi coordenador da Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente e coordenou a Vara da infância e juventude no governo Haddad na Secretaria Municipal De Direitos Humanos em São Paulo, atuante nessa Pauta e militante da causa e atualmente na Fundação CSN uma empresa com potencial de apoio ao fundo da Criança e do Adolescente. O Coordenador Fábio Silvestre agradeceu a saudação e mencionou sobre um novo cenário nacional com relação às pautas voltadas às questões de direitos humanos e colocou à disposição como Fundação CSN no fortalecimento dessa pauta de Combate à violência e convidou a secretaria para fortalecer uma ação da CSN, com 25 cidades em Minas Gerais no Alto do Paraopeba, com relação ao enfrentamento do combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, porque a presença da secretaria nos municípios, sobretudo nos consórcios fortalece a mobilização local para essa pauta. E interessou parceria do Conanda e Fundação CSN que faz a seleção dos projetos que serão apreciados para receber recursos. O Presidente Ariel de Castro Alves sugeriu na ausência do MEC, propôs aos Conselheiros uma inversão de pauta. Apresentação do IPEA – Pesquisa “Crianças em Situação de Rua”. O Presidente Ariel de Castro Alves informou que o Conanda e o IPEA, estiveram juntos sobre o levantamento Nacional de Criança e Adolescente Situação de Rua, que foi aprovado aqui aprovada no plano de ação do Conanda. Que é uma prioridade do Governo, do Ministério, do Conanda em pautar essa questão, primeiro com diagnóstico e depois formular ações a curto, médio e longo prazo, com base nas diretrizes que o Conanda aprovou e que tem diretrizes e resolução, voltadas ao atendimento e proteção de criança e adolescentes em situação de rua. A Sra. Débora de Carvalho indagou se já existe recursos para realização dessa pesquisa, porque na CPP se tinha levantado a possibilidade de recurso para a realização de pesquisa com esse público. O Presidente Ariel de Castro Alves informou a proposta já foi encaminhada no Conanda e respondeu que é com esse recurso. Lembrou que já conseguiu suplementação no PPCAM e que se pretende destravar essa situação para que se tenha recursos para as várias áreas do Conanda. Agradeceu ao IPEA, pela participação e avançou como o ponto de pauta com a apresentação do IPEA – Pesquisa “Crianças em Situação de Rua”, e assim passou a palavra para o Sr. Marcos para a apresentação. O Sr. Marcos A. C. Natalino cumprimentou a todos e expressou satisfação na participação no Conanda, após 17 anos

destacou que trabalhou na subsecretaria de promoção dos direitos da criança adolescente e agradeceu a Professora Enid Rocha pela parceria e apoio. Informou que essa apresentação pode servir como consulta e documento nos autos da Assembleia do Conanda. Iniciou falando da estimativa geral da população em situação de rua. Discorreu sobre um breve histórico de repressão e do Direito Penal ao Social. Apresentou uma pesquisa piloto do IBGE que busca analisar a inclusão da população em situação de rua nas políticas públicas, aborda a questão dos albergues e abrigos públicos, onde muitos preferem dormir na rua por questões de localização, segurança, rigidez, horários, regras e maus tratos. Destacou os locais onde essa população é impedida de entrar e situações de violência física que enfrentam. Reforçou a importância de incluir essa população nas políticas públicas e a pesquisa pioneira do MDS de 2009 e a Contagem Oficial que estimam o tamanho da população em situação de rua. Informou que pesquisa utiliza fontes diretas e indiretas de informação, como censura SUAS, registro mensal de atendimento, cadastro único, estimativas IBGE e dados IPEA. Apresentou os resultados de uma pesquisa sobre a população de rua no Brasil, que durante a pandemia, houve um aumento de 38% na população estimada de rua, chegando a 270 mil pessoas, a maioria dessas pessoas vive nas grandes cidades e a política pública precisa alocar mais recursos para atender a essa população. Discutiu a diferença entre adultos e crianças em situação de rua e apresenta dados sobre o acolhimento institucional de crianças, adolescentes e adultos. Informou que a pesquisa levantou questões sobre o Cadastro Único, que não capta todas as pessoas em situação de rua, e sugeriu a utilização de pesquisa de campo e agregação de informações municipais para uma contagem mais precisa e fazer poucas perguntas no Censo para evitar subestimação dos dados. Ressaltou que é fundamental ter uma colaboração da rede governamental e não governamental, para mapear quais os lugares da pesquisa e facilitar a abordagem antecipada. Definir o conceito bem definido, fazer um pré-teste para romper com a invisibilidade social dessa população, treinando os com a questão do preconceito, identificar situações delicadas. Informou que comentou com equipe do Ministério fomentar que os estudos Municipais sigam uma metodologia comum. Ou seja, fazer um documento com orientação técnica para pesquisa com criança adolescente situação de rua, dialogar com o Ministério de Desenvolvimento Social para os adultos também. Outra alternativa é da estimativa que seria o padrão “Censo SUAS/IPEA”: pesquisa indireta junto a atores locais com competência para dar resposta nessa área de abrangência. Município sem informação estima-se a quantitativa via modelo estatístico. O Censo SUAS é a melhor fonte de informações sobre população em situação de rua e Criança e Adolescente em situação de rua, com abrangência Nacional, com parâmetro base, com limitações que o Estado consegue enxergar e quais levantamentos incluem crianças e adolescentes. Destacou que 2022 1982 municípios fizeram o levantamento de pesquisa das populações em situação de rua e 645 com crianças adolescentes situação de rua. Destacou que há problema para os adolescentes situação de rua por ser mais complexa, primeiro que tem menos estimativa para criança adolescente do que para adultos, depois que a não se sabe nas estimativas de criança e adolescente o que está incluído, qual o tipo de acolhimento e sem esses dados não se consegue estimar, e acredita que a solução é levantar dados adicionais e destacou 3 grupos: morando na rua com a família, trabalho infantil e em situação de acolhimento institucional. E detalhou uma proposta que acredita contornar esses limites que é perguntar para os Conselhos tutelares por Municípios e para os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, através do Cadastro Nacional de Conselho Tutelares, que é um relatório produzido pelo próprio Ministério – CDH, capacitar a equipe do disque 100 para a realização da pesquisa telefônica, com perguntas simples e diretas como: há pesquisa ou levantamento? Qual o grupo que está incluído? E aprimorar no decorrer da pesquisa. Comentou que isso irá atualizar o cadastro de Conselhos Tutelares, mas que o objetivo é ter estimativa e monitorar, para que se torne uma atividade rotineira e possa ser apresentada no Conanda também de forma rotineiras em Reuniões Ordinárias. A Professora Enid Rocha destacou sobre a importância da pauta de pesquisa para dar visibilidade para Criança e Adolescente em situação de rua. E pontuou que para os pesquisadores é um grande desafio e limitações, pois a pesquisa de população de rua é feita a partir de estimativas e dados do cadastro SUAS, com um mínimo de Municípios que faz essa captação de criança e adolescente, se tornando frágil e falho. E Cogitou buscar solução e montar estratégias com algumas propostas e citou promover uma ação coordenada em fazer com que os municípios utilizem uma metodologia única para captar a população de criança e adolescente e uma outra proposta é pensar na ferramenta e formulário e solicitar a informação aos Conselhos Tutelares, que demandaria uma articulação e uma organização em conjunto, apontou formar um comitê para essa pesquisa, que ajudasse a desencadear pesquisa, discutir o conceitos e formulários. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu ao IPEA pela apresentação de um Instituto de Pesquisa tão prestigiado e o importante para o Estado Brasileiro, que valoriza a ciência, a pesquisa e por terem trago propostas e metodologias para o levantamento dessa área que é muito negligenciada. Agradeceu a professora Fátima pelo trabalho na área de Enfrentamento ao Trabalho Infantil e também a Sra. Marilda Coordenadora de Convivência Familiar e Comunitário. A Conselheira Fabiane Macedo mencionou que a Política de Ciência Social, foi uma das primeiras políticas que olhou para essa questão das pessoas em situação de rua, de forma qualificada e direta. Registrou que este ano se continua olhando para esse público com a prioridade que ele necessita. Destacou que foram feitos alguns levantamentos com base no cadastro único, no Censo SUAS, e se percebeu uma demanda reprimida em que a rede não consegue atender toda essa população e a partir disso se fez necessário revisitar de uma melhor forma, alguns critérios que foram utilizados em 2012 a 2014 de quando esses serviços foram oferecidos aos municípios, minimizando as limitações e fragilidades apresentadas. Destacou que essa pesquisa do IPEA para essas crianças e adolescentes, vem acrescentar e contribuir com o levantamento. Considerou um melhor estudo das categorias desse público e colocou a equipe técnica do MDS à disposição a fim de garantir os direitos deste público de crianças e adolescentes em situação de rua. A Sra. Débora de Carvalho parabenizou a proposta bem estruturada de pesquisa, dos encaminhamentos da Mesa Diretora, dos planejamentos estratégicos das comissões de uma forma célere. Agradeceu ao IPEA em estar nessa missão desafiadora. Considerou ser uma excelente a proposta e indagou o porquê acolhimento é considerado situação de vulnerabilidade de rua, de ausência de políticas públicas e entendeu que o acolhimento já é uma política pública, voltada para uma situação de rua. Apresentou os resultados sobre o aumento da população de rua durante a pandemia, com destaque para a necessidade de mais recursos para políticas públicas. Discutiu a situação de crianças e adolescentes em situação de rua, bem como a importância de incluir jovens de 18 a 21 anos no levantamento para se ter um mapeamento mais claro das políticas necessárias para essa população. Reforçou a importância da política social para atender a população em situação de rua, bem como a necessidade de serviços de acolhimento específicos e articulados com outras políticas públicas, como educação social. A Sra. Marta Volpi destacou que as propostas são boas e de baixo custo e sugeriu fazer uma lista das tarefas que o Conanda precisa realizar e entregar junto ao Ministério do Desenvolvimento, para agilizar o processo e pensando em formas de atuação junto com o IPEA, durante o processo de pesquisa na mobilização dos Conselhos Municipais, Conselhos Tutelares para obter respostas. O Conselheiro Eloi Gallon ressaltou uma preocupação no sentido da responsabilidade de dados é do Executivo Municipal juntamente com Conselho de Direitos, porque o Conselho Tutelar via de regra

não tem esses dados amplos é limitado, ele domina os dados que chegam a ele, pois trabalha na intervenção a partir das denúncias de direito ameaçado ou violado, zelando pelo cumprimento dos direitos dos adolescentes aplicando medidas ou em último caso encaminhamento ao MP e ao Judiciário. A Sra. Rozangela Borota indagou nessa pesquisa qual é o papel da Vigilância Socioassistencial do Município no fornecimento desses dados e do serviço especializado em abordagem social no âmbito da Proteção Social Especial da Assistência Social. O qual é a interface dessa Proposta com o Executivo e a Política Pública Específica que precisa ter esses dados, que é o serviço de abordagem social especializado e a Vigilância Socioassistencial. Reforçou trabalhar de forma integrada na obtenção dessas informações. O Sr. Marco Antônio Natalino declarou que todas as colocações foram para colaborar e avançar e reforçou a aceitação da proposta com uma análise crítica a fim de melhorar. Apontou que realmente o Conselho Tutelar tem suas limitações, mas se pode perguntar para o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente e se colocou à disposição de todos. O Presidente Ariel de Castro agradeceu a presença do IPEA na Assembleia e passou a condução da Reunião para a Vice-presidente Marina, por precisar se ausentar e estar presente em um Audiência na Câmara dos Deputados. O professor Marquinhos solicitou ver com plenário do Conselho para refazer o último item da CPP, com relação ao horário, por ter extrapolado a pauta. A Vice-presidente Marina de Pol sugeriu que após a apresentação do MEC se faça uma reavaliação da agenda. A Sra. Laura Eli Padilha de Souza observou de fundamental importância o debate em conjunto com as Conselheiras e Conselheiros nesse processo, de uma necessidade de defender a humanização, defender as crianças e os adolescentes enquanto seres de direito, onde crianças estão morrendo e adolescentes e jovens estão matando e isso demonstra a falha do Estado e da sociedade e ressaltou que é preciso resgatar o lema do nosso governo “União e Reconstrução do Brasil”. Informou que foi criado um grupo de trabalho interministerial para prevenção e enfrentamento da violência nas escolas e universidades, que tem realizado esforços para apresentar medidas à sociedade e responder à situação delicada de ataques à escola pública e à democracia, da união entre poder e sociedade para mudar essa realidade e superar a contradição, das políticas públicas na mudança da realidade das pessoas mais vulneráveis, especialmente crianças e adolescentes em situações de insegurança e vulnerabilidade. Informou sobre a formulação de ações e debates para superar desigualdades no contexto de segurança, com ênfase na prevenção. Referiu um documento com recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar, destacando a importância da ocupação do ambiente escolar com cultura, esporte e artes para torná-lo seguro. Mencionou que a segurança na escola é um debate sobre educação, cultura e arte, a ocupação desses ambientes com esses elementos pode prevenir a violência e tornar a escola mais segura. Mencionou uma cartilha lançada pelo Ministério de Justiça e Segurança que apresenta canais de denúncia e propõe intervenções imediatas em casos de ameaça nas escolas. Ressaltou a importância de fortalecer a política pública através da parceria entre a comunidade escolar e universidades para implementar medidas psicossociais de acompanhamento aos estudantes, além disso, informa sobre o início de um curso de formação para a comunidade escolar que abordará temas relevantes para aprimorar a ação prática dentro das escolas e universidades. Destacou ainda a antecipação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o lançamento de 3,8 bilhões de reais para garantir a infraestrutura das escolas e a importância de investimentos e orientação do Ministério da Educação e do Estado brasileiro para garantir a segurança nas escolas. Concordou unir e construir um grande impacto nacional em defesa da vida, da humanidade, da solidariedade e da educação. Observou colocar a educação no centro do debate e do orçamento se solidarizando com as escolas, com os profissionais da educação na importância de políticas públicas e do cuidado para com a sociedade em construir um território seguro e de paz. Sra. Elisa Tauáçure discorreu sobre a abordagem humanizada em relação a situações de violência em escolas, especialmente quando os alunos que são vítimas de bullying ou que tiveram uma educação inadequada, se tornam agressores. Relatou que passou por situações com alunos armados como professora no Instituto Federal e destacou a importância de medidas mais drásticas, mas também de um fortalecimento da equipe disciplinar nas escolas, com a contratação de profissionais como psicólogos e assistentes sociais. Enfatizou a importância da educação dos pais para a prevenção da violência, destacando a necessidade de monitorar o uso da internet pelos filhos, sugerindo a utilização do Google Family Link para esse fim, também em ocupar o espaço virtual com atividades culturais e educacionais, como campeonatos de jogos eletrônicos e oficinas multiculturais, e notou que os videogames podem ser usados para fins educacionais. Por fim, defendeu a importância do período integral nas escolas, que inclui atividades extracurriculares e um currículo mais abrangente, bem como a valorização das especificidades culturais de cada comunidade, abordando a questão da violência nas escolas a partir de uma perspectiva humanizada e integrada, que levem em conta não apenas as medidas de segurança, mas também a formação integral dos alunos e a colaboração entre a escola, a família e a comunidade. A Vice-presidente Marina de Pol observou a forma como a Psicologia tem sido retratada no contexto escolar, com ênfase na patologização e criminalização de crianças e adolescentes. Argumentou que a complexidade desses problemas não pode ser resolvida com respostas simplistas e que é necessário buscar soluções integradas e evitar culpar as pessoas individualmente. Destacou a importância de o Estado assumir a responsabilidade de regular as mídias sociais, visto que muitas crianças e adolescentes estão trabalhando como influenciadores digitais, o que pode prejudicá-los e expô-los a situações de risco. Mencionou que a Psicologia não é para diagnosticar ou atender individualmente, mas sim para atender a comunidade escolar como um todo e articular políticas públicas que garantam a proteção das crianças e adolescentes no ambiente escolar e defende a implementação da lei e de uma abordagem integrada e colaborativa para lidar com essas questões complexas. A Sra. Ana Cláudia Cifali agradeceu a Laura do MEC pela agilidade nas respostas. Ressaltou que as plataformas também têm a responsabilidade de assumir o dever de cuidado e pensar em formas de combater e prevenir a violência e que simplesmente excluir os perfis não é suficiente, pois novos perfis podem surgir facilmente. Notificou que escola é um lugar onde se pode construir caminhos para a paz e de enfrentamento da violência. Sugeriu lançar um manifesto e convocar união da sociedade civil pela solidariedade com as escolas e pela paz. Pontuou que a discussão é complexa e envolve a educação, a segurança pública, responsabilidade das plataformas e o contexto cultural e que está à disposição do Ministério para seguir dialogando e colaborando na criação desse evento e convidou a todos que quiserem somar nesse movimento e discorreu uma lista de organizações que já assinaram o manifesto. A Sra. Tatiana Augusto abordou a complexidade do problema da saúde mental nas escolas, especialmente em relação aos alunos que frequentam escolas públicas e que enfrentam situações de vulnerabilidade, que foram agravadas durante a pandemia de COVID-19. Observou que tem profissionais de educação com boa vontade para ajudar, mas muitas vezes não possuem a formação necessária para trabalhar com questões relacionadas à saúde mental dos alunos. Questionou a forma como essa questão será abordada e implementada em cada escola e município, sugerindo que uma cartilha ou trilha de formação possa ser útil nesse sentido. Mencionou a importância do envolvimento dos pais e dos alunos, para enfrentar esse desafio. Destacou que não há informações específicas sobre os modos de trabalho que serão adotados, nem sobre um cronograma para implementação dessas medidas. A Adolescente Yasmin considerou com relação à violência nas escolas e a sensação de insegurança que os adolescentes estão experimentando nesses

espaços. Observou que os pais estão deixando de enviar seus filhos para a escola, o que é um problema sério para a educação e para a segurança dos jovens. A importância da formação apresentada, em como agir em situações de violência, é destacada como uma opção para ajudar os adolescentes a se protegerem. Concordou que a união de forças é fundamental para garantir a proteção das crianças e adolescentes, na ocupação dos espaços e interação entre os adolescentes, vista como forma enriquecedora de lidar com a violência, pois proporciona o conhecimento de outras realidades e culturas e que algumas ações são mais efetivas do que colocar policiais dentro da escola, garantindo a segurança de forma inteligente e eficaz, sem comprometer a qualidade da educação. O Sr. Fred mencionou a importância da educação formal e informal na sociedade e de como essas instituições podem se manifestar e contribuir para a formação dos jovens. Ressaltou que a responsabilidade pela educação é da família e da sociedade, e que é necessário incluir atividades de educação não formal para fortalecer o senso de pertencimento dos jovens em relação ao ambiente escolar. Citou exemplos de casos em que a presença dos escoteiros nas escolas contribuiu para a redução do custo de manutenção, diminuição da taxa de evasão e melhoria na qualidade do aprendizado dos estudantes. Considerou a possibilidade de atividades de educação formal com a participação de instituições com os escoteiros trazendo benefícios significativos para a comunidade escolar. A Conselheira Fabiane Macedo registrou a importância da participação de toda a comunidade escolar na prevenção da violência nas escolas, incluindo professores, alunos, pais, assistentes sociais e psicólogos. Também mencionou a presença prevista por lei de assistentes sociais e psicólogos nas escolas e questionou se o Ministério da Educação tem algum levantamento sobre essa presença. Enfatizou a necessidade de união de todos, incluindo órgãos governamentais e sociedade civil organizada, para promover a cultura de paz que deve estar presente em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade e o combate da violência nas escolas. A Sra. Marta Volpi reforçou sobre o trabalho infantil, incluindo as novas formas de trabalho que estão surgindo, como os canais no YouTube liderados por crianças e os jogadores de videogame. Esclareceu que é necessário seguir os critérios estabelecidos na Constituição Federal em relação à idade mínima para ingressar no mercado de trabalho, discutir como fazer a prevenção e incluir esses temas nas discussões sobre trabalho infantil e abordá-los de acordo com as exceções previstas em convenções internacionais. O Sr. Ricardo Melo acentuou a preocupação da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) com relação à alta demanda de violência em alguns estados do país. Destaca-se a realização de audiências públicas na Paraíba e no Amazonas, com a participação de diversos setores da sociedade, como associações de estudantes e o Ministério Público local. Citou que algumas medidas emergenciais já foram tomadas em alguns estados, mas é importante que a sociedade acompanhe e participe ativamente na busca por soluções a longo prazo. Destacou que a OAB se coloca à disposição para somar no debate e promover ações, inclusive dentro das escolas, com o objetivo de discutir temas como bullying e advocacia na escola. Informou que a Comissão Nacional da Infância e da Adolescência se propõe a liderar o debate e a ampliar a contribuição das diversas organizações envolvidas. O Sr. Antônio Jorge mencionou preocupação com a política local e a falta de discussão dos Conselhos de tutelares e direitos das cidades. Discorreu algumas experiências bem-sucedidas na busca ativa de alunos e na diminuição da violência nas escolas, além de mencionar a importância da escuta e da colaboração com o território e a comunidade local. Sugeriu a utilização da expertise da fazenda da criança e do João do camarada do movimento de rua, para ajudar na educação e também de buscar soluções criativas fora do horário comercial para colaborar com a educação. A Sra. Rozângela Borota falou sobre a importância da equipe multiprofissional composta por psicólogos e assistentes sociais nas escolas, mencionou a Lei 13.935 de 2019 que reforça essa necessidade e estabelece que os sistemas de ensino têm um ano para tomar as providências necessárias para implementá-la. No entanto, ainda não se observa a efetividade dessa lei, sendo necessário que o Ministério da Educação e outros sistemas de garantia de direitos exijam a sua aplicação em conjunto com a sociedade civil. Notou que o trabalho desses profissionais deve ser direcionado para a saúde mental dos estudantes, não apenas do ponto de vista clínico, mas também social. A Sra. Fátima acentuou a implementação de uma política específica de Cultura de Paz, chamada de práticas ou justiça restaurativa, que tem sido desenvolvida em alguns estados, como na Paraíba e em Feira de Santana. Informou que projeto trabalha com escolas e comunidades tradicionais Quilombolas, visando promover relações pacíficas e resolução de conflitos de forma não-violenta. Sugeriu a implementação de políticas específicas para disseminar a cultura de paz em todo o país. O Conselheiro Eloi Gallon discorreu da cooperação interinstitucional para garantir um ambiente seguro e proteger vítimas de violência. Lembrou que a segurança é uma ilusão enquanto a sociedade não se respeitar mutuamente, e defendeu a ideia de uma comunidade unida e solidária. Comentou sobre a necessidade de uma política específica para a cultura de paz e justiça restaurativa e sobre projetos que já estão sendo desenvolvidos nessa área em alguns estados brasileiros. A Adolescente Yasmin Santos informou sobre um evento que será realizado na próxima semana pelo CPA, que consistirá em uma roda de conversa com a presença da Ser internet para discutir sobre o tema em questão. A Sra. Laura considerou sobre a preocupação e medo que as pessoas estão sentindo diante de problemas complexos que envolvem a desumanização do ser humano. Destacou resgatar a humanidade e trabalhar em equipe para isso. Mencionou sobre os agressores serem jovens brancos heterossexuais de famílias com posição econômica confortável que absorveram debates ideológicos de opressões. Destacou a importância de educar a partir de jogos e redes sociais, mas destaca a necessidade de regulamentação dessas plataformas. Informou que o Ministério da Justiça de Segurança Pública assumiu essa agenda, em debater a regulamentação das redes sociais dentro do GT Ministerial, destacou também que há uma realidade de apagão de dados, que dificulta a resposta aos problemas. Mencionou fortalecer a escola e ter profissionais de saúde mental para lidar com os problemas enfrentados. Assim, o primeiro dia de reunião da 313ª Assembleia Ordinária do Conanda foi encerrado.

20/04/2023 – Abertura da 313ª Assembleia do Conanda: O Presidente Ariel de Castro Alves iniciou a reunião cumprimentando a todos e deu início ao primeiro ponto de pauta Comitê de participação de adolescentes CPA, (apresentação sobre o novo ensino médio) agradeceu a presença do Diretor do MEC do Ministério da educação, Alexandro do Nascimento Santos. O Adolescente Caique Gomes iniciou a apresentação do Novo Ensino Médio (NEM), da Lei nº 13415 de 2017, também conhecida como a nova lei do ensino médio, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e trouxe mudanças na estrutura e organização do ensino médio brasileiro, como o aumento da carga horária mínima anual de 800 para 1.000 horas e a definição de uma nova organização curricular. Informou que a Lei foi implementada por meio de medida provisória, sem a participação direta dos estudantes, que são os principais afetados pela reforma. Apontou ainda que a reforma é vista como um ataque à educação e que a educação é um direito garantido pela Constituição e deve ser pensada como um todo. O Adolescente William Azevedo relatou como surgiu essa demanda pela discussão sobre o novo ensino médio, que não é recente e foi levantada há algum tempo no Comitê de Participação de Adolescentes. Informou que a questão foi trazida novamente para discussão devido a uma mobilização nacional de estudantes e organizações, e o CPA decidiu

levar a pauta para o CONANDA para obter uma posição sobre o assunto. Mencionou que foi criado um formulário popular para buscar informações e opiniões não apenas dos adolescentes do CPA, mas também de outros estudantes e membros da comunidade escolar. As respostas foram sistematizadas e discutidas em uma roda de conversa com a presença de palestrantes experientes no assunto. Destacou que o objetivo é apresentar uma devolutiva no CONANDA sobre as demandas levantadas pelos estudantes e destacar a importância da participação de todos os envolvidos na construção de soluções para os problemas na educação. Enfatizou a necessidade de se pensar na preparação cidadã, além da preparação profissional, no novo modelo de ensino médio. A Adolescente Raissa Rodrigues discorreu sobre a pesquisa popular com o objetivo de obter uma perspectiva mais ampla dos adolescentes sobre a reforma do ensino médio. A pesquisa recebeu 311 respostas, principalmente de adolescentes da rede pública de ensino, foi feita por meio de um formulário que trazia perguntas sobre o novo ensino médio, como por exemplo, se a escola implantou o novo modelo, qual a avaliação dos estudantes sobre a experiência com o novo ensino médio e se os materiais didáticos estavam apropriados para atingir a proposta. A maioria dos estudantes que responderam à pesquisa afirmaram que a experiência com o novo modelo foi ruim (40%) ou regular (39%). Informou que a maioria também afirmou que o itinerário formativo foi aplicado, parcialmente e que era obrigatório e quanto aos materiais didáticos, a maioria dos estudantes respondeu que poderia ser melhor e, em relação às expectativas dos jovens, a maioria respondeu que o novo ensino médio não vai realmente atender suas necessidades e expectativas. Concluiu que todas as pessoas que responderam à pesquisa (96,1%) acreditam que o novo ensino médio precisa de ajustes para que possa atender as necessidades dos estudantes. O Adolescente Kléberson Sá apresentou algumas conclusões sobre a avaliação do novo ensino médio, com críticas tanto dos estudantes quanto dos professores em relação à carga horária longa e à falta de atendimento às expectativas. Os materiais didáticos disponíveis são considerados inadequados para a proposta e não relacionados com o que os alunos precisam aprender. Algumas pessoas que defendem a reforma apontam que ela pode tornar o ensino médio mais atrativo para os estudantes, que passam mais tempo na escola, com a possibilidade de escolha do itinerário formativo e a adição de novas matérias. A Adolescente Ísis de Jesus discorreu sobre os pontos levantados pelos que são contra a reforma do ensino médio no Brasil, um dos principais problemas apontados é que a implementação da reforma está ocorrendo em diferentes níveis, as escolas públicas não têm infraestrutura básica e recursos necessários para implementar as mudanças propostas pela reforma. Destacou também em relação aos itinerários formativos, que são considerados sem sentido pelos próprios estudantes, pois algumas matérias adicionadas não são consideradas úteis para o conhecimento e para o currículo dos alunos. Outro ponto abordado é que os profissionais da educação não possuem formação adequada para ensinar algumas matérias que foram acrescentadas no novo currículo. Concluiu que o novo ensino médio coloca uma grande pressão nos adolescentes para escolherem seus futuros e que muitos ainda não sabem o que querem fazer e pontuou que é preciso pensar no ensino de forma global e que o apoio das escolas é fundamental para o sucesso das mudanças propostas pela reforma. A Adolescente Yasmin Santos abordou o posicionamento do CPA em relação ao novo ensino médio, que critica a falta de atividades atrativas e interativas que integrem os adolescentes no ambiente escolar, não vê o reajuste como solução e defende a revogação imediata do modelo aplicado. Ressaltou os impactos da pandemia na educação e o retrocesso que o Brasil sofreu nesse período na implementação do novo ensino médio. Argumentou que a falta de investimento na educação pública resulta em desigualdades educacionais e sociais e que é preciso ouvir os estudantes que estão nas ruas e pensar no cenário completo, incluindo o contexto político e de investimentos na educação. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu a apresentação dos adolescentes do CPA. Informou sobre a presença do representante do Ministério da educação-MEC, para que o mesmo possa tratar das questões que foram citadas na apresentação dos adolescentes. Agradeceu a presença e participação do Sr. Antônio José do Condeca de São Paulo, da Sra. Maria Gutenara - Coordenadora de Políticas Temáticas e passou a palavra para o Sr. Alessandro do Nascimento Santos, representante do Ministério da educação. O Sr. Alessandro do Nascimento Santos (diretor de políticas e diretrizes da educação integral básica no Ministério da educação- MEC) cumprimentou a todos e saudou todos os adolescentes do CPA presentes, e iniciou enfatizando a importância da retomada do espaço de diálogo democrático entre o Ministério da Educação, a sociedade e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) que é um espaço privilegiado que traz uma ampla gama de indivíduos e organizações que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Mencionou que a sociedade brasileira é apontada como uma sociedade violenta e que viola muitos dos direitos de crianças e adolescentes, o que é resultado de opressões históricas, como o racismo estrutural, o patriarcado e a violência contra pessoas mais pobres. Nesse contexto, observou que a retomada do diálogo com o Conanda é vista como uma forma de garantir os direitos desses grupos, incluindo os direitos humanos à educação de qualidade, que só pode ser oferecida por meio de políticas públicas efetivas. Destacou que o foco do discurso está no ensino médio, mas o Ministério da Educação está comprometido em realizar uma análise dos problemas e distorções produzidos pela reforma do ensino médio antes de propor uma substituição da legislação atual. Apontou a importância da consulta pública e da escuta da sociedade para a construção de uma proposta mais adequada às necessidades do país. Reconheceu que a administração pública pode ser lenta, mas é a forma mais democrática e responsável de se lidar com reformas importantes como essa. Informou que o Ministério da Educação (MEC) deve apresentar proposições em relação ao ensino médio, com o objetivo de transformá-lo. Uma das proposições é a recomposição da formação geral básica, que foi reduzida no novo modelo do ensino médio, para reabrir espaço para disciplinas como sociologia, filosofia, química, física, biologia, educação física e arte. O MEC também propõe estabelecer um conjunto de regras mais consistente para a produção dos itinerários, que estão sendo implementados de forma heterogênea e desigual. Garantir que haja poder de escolha dos jovens na hora dos itinerários, associado a uma visão de educação integral que traga para a escola elementos de formação mais abrangentes, que dialoguem com as necessidades dos adolescentes e jovens. Destacou a preocupação com o Enem e a democratização do acesso à universidade pública, sem produzir injustiças, com uma visão de educação integral que traga para a escola elementos de formação mais abrangentes, elementos de formação que dialoguem com as necessidades dos adolescentes e jovens, adaptando a escola ao seu território e à sua comunidade. Discutiu sobre a formação dos jovens para a cidadania e para o mundo do trabalho e defendeu que os jovens devem ter uma formação integral, preparação o ingresso no mundo do trabalho e para a continuidade dos estudos no ensino superior. Destacou que a decisão de qual caminho seguir deve ser do jovem e que o Estado deve garantir o direito de escolha e a formação profissional, não deve ser dissociada da formação geral para a cidadania. Mencionou a importância de investimentos em infraestrutura escolar, formação de professores e gestores, avaliação justa, política social integrada e escuta dos adolescentes e jovens na definição da política educacional. E com a redução do orçamento do Ministério da Educação, impede o avanço na melhoria da educação, de uma política social integrada que inclua diversas áreas como educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e trabalho. Argumentou que não se pode bloquear o acesso dos jovens ao mundo do trabalho, por fazer parte da identidade e do projeto de vida é preciso ouvir os adolescentes, jovens e crianças no ensino fundamental a fim de

redesenhar a política educacional de forma mais adequada. O Adolescente William Eleutério destacou com relação à implementação do formato atual de formação profissional na educação, que está à frente da formação cidadã, e disciplinas importantes estão sendo retiradas em prol de disciplinas eletivas e tanto questões profissionais quanto cidadãs devem garantir uma formação completa e adequada aos estudantes. Observou que o trabalho é importante, mas deve respeitar a idade mínima de 16 anos e ser regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Notou necessário debater não apenas questões profissionais, mas também questões cidadãs e de direitos dentro das escolas, e questionou o novo ensino médio de forma paritária na comunidade escolar. A Adolescente Yasmin Santos discutiu sobre as mudanças no currículo do novo ensino médio, no impacto para os estudantes nesse processo enquanto a nova proposta está sendo formulada. Sugeriu incluir o CPA nas atividades de consulta pública, do calendário do MEC e na elaboração da nova proposta do ensino médio. A Adolescente Rayssa Rodrigues reforçou a importância da formação profissional na vida dos jovens, mas enfatizou que essa formação não deve ser em detrimento da formação educacional e que os jovens devem estar na escola e que o trabalho deve ser feito através da aprendizagem, dos cursos que oferece tanto a formação teórica, quanto a prática, importante para o desenvolvimento dos jovens e para a sua formação social. O Sr. Alexandre do Nascimento respondeu sobre a questão do mundo do trabalho e a formação dos jovens, fazendo referência ao Estatuto da Juventude. Destacou que o Estado deve criar condições para que jovens de 15 a 18 anos possam ter experiências no mundo do trabalho, mas que não deve ser obrigatório para aqueles que desejam estudar. Mencionou que essas experiências sejam através de políticas como o jovem aprendiz, que permite a prática e a formação teórica ao mesmo tempo, e não através de trabalhos em horários inadequados, que colocam o jovem em situações de vulnerabilidade e risco de abandono escolar. Notificou ainda a bolsa permanência no ensino médio para evitar que muitos estudantes abandonem a escola por precisarem ajudar suas famílias na sobrevivência, o objetivo é evitar que o ciclo da pobreza continue e que a formação integral dos jovens seja prejudicada. Preocupou-se com o que acontecerá com os estudantes durante a fase de transição para a nova proposta do ensino médio, e como eles serão afetados pelo mundo do trabalho nesse processo. Informou que é preciso encontrar formas de integrar o CPA nas atividades de elaboração da nova proposta e como ela pode participar da consulta pública do calendário do MEC para contribuir com a formação e desenvolvimento dos estudantes e da necessidade de tomar decisões rápidas sem violar os direitos dos adolescentes. Reconheceu que a democracia exige diálogo e discussão, buscando um equilíbrio entre essas necessidades e a urgência de agir. Sugeriu que os jovens sejam representados em uma sessão da consulta pública, e que o Ministério da Educação pode apoiar o Conanda caso queira realizar uma sessão especial sobre o assunto. A Sra. Thaíse Bauer informou que trabalha com adolescentes em privação de liberdade e preocupou-se em relação ao direito à educação dentro do sistema socioeducativo, que abriga adolescentes entre 12 e 18 anos, podendo permanecer até os 21 anos de idade. A ausência de fiscalização e monitoramento por parte do Poder Público contribui para a falta de acesso à política pública, resultando na utilização de materiais educacionais desatualizados, como as apostilas do Telecurso 2000. Isso pode comprometer a continuidade da educação dos adolescentes, já que eles não têm acesso à escola regular. A Resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016 que define as diretrizes para a educação dos adolescentes em privação de liberdade, enfatizando a importância da escola integral para garantir a educação integral dos jovens. No entanto, há superlotação nas unidades, ausência de atividades pedagógicas e alojamentos que mais parecem celas, o que dificulta a implementação dessas diretrizes. Informou que o novo ensino médio traz novas políticas educacionais que precisam ser aplicadas nas unidades socioeducativas e sugeriu encaminhar para avaliar o atendimento educacional nas unidades socioeducativas do país e elaborar um protocolo de direcionamento para que os governos estaduais possam garantir o direito à educação dentro dessas unidades. O Sr. Edmundo Ribeiro relatou convidou a todos a participarem do evento promovido pelo setor de educação da Bahia para discutir educação. Destacou o engajamento ativo na promoção da educação integral no país, e reforçou que a educação em tempo integral não precisa ocorrer apenas na escola, mas também na sociedade e na comunidade. A Sra. Tatiana Augusto abordou sobre os programas de aprendizagem profissional e a necessidade de serem ouvidos pelo Ministério da Educação (MEC) para apresentar o programa e sua relevância na formação dos adolescentes e jovens que participam do programa, aproveitando adequadamente. Pois os adolescentes e jovens atendidos pelo programa geralmente não tem outra escolha além de trabalhar e pontuar que o MEC ouça novamente a proposta do programa e avalie sua inclusão na nova estrutura do ensino médio. O Sr. Fred considerou a necessidade urgente de revisão do processo de transformação que está acontecendo e o Presidente Lula falou sobre isso em um fórum, mas expressou angústia pela demora em revisar o processo e sugeriu que a retomada do processo anterior deveria ser feita imediatamente, tomando medidas para evitar danos graves e violentos à juventude. Mencionou a questão das medidas provisórias e a importância de ouvir os principais interessados antes de implementar um programa por meio dessa medida. O Professor Marquinhos reforçou a sugestão feita pelo colegiado a representação do Fórum Nacional de Educação, a fim de reforçar a pauta do Comitê de participação dos adolescentes – CPA. Registrou trazer a voz da sociedade civil e não apenas do governo, para que o debate seja qualificado, juntamente com o Fórum Nacional de Educação que foi reestabelecido recentemente e do movimento estudantil. Ele sugere que haja mais tempo para qualificar o debate. O Sr. Antônio Lacerda discutiu sobre a reforma do ensino médio e suas implicações no contexto político-econômico atual e ressaltou que cada governo está inserido em um contexto diferente, o Governo Michel Temer, tinha a proposta chamada “ponte para o futuro” que tinha como base o modelo rentista, privilegiando o capital em detrimento da precarização das relações de trabalho e da mão de obra barata. Considerou que o governo atual, está promovendo uma série de eventos, como seminários, pesquisas e oficinas, para discutir a reforma do ensino médio e que será criada uma plataforma para consulta pública sobre o assunto. Destacou que questão do ensino médio é urgente, mas que é importante acompanhar as agendas propostas pelo governo e informar o CONANDA sobre elas e que, apesar da pressa, as mudanças não serão implementadas rapidamente, mas é essencial acompanhar e participar desse processo. A Conselheira Maria do Socorro iniciou pontuando as colocações de Lacerda sobre o Ensino Médio estar a serviço do capital e ter surgido para atender às demandas do mercado. Ressaltou a importância da consulta pública do processo e a necessidade de ouvir os sujeitos envolvidos no processo, incluindo os adolescentes e jovens que recebem o ensino médio. Afirmou que as mudanças não atendem às necessidades dos jovens e que eles as rejeitam. Concordou com a importância da consulta pública e enfatizou que o Ensino Médio precisa ser adaptado às diferentes realidades do país e que o Ensino Médio precisa ser projetado para atender às necessidades dos alunos. Sugeriu reunir novamente para discutir formas de participar da consulta pública e apresentar sugestões para a melhoria

do Ensino Médio no país. A Sra. Rozangela Borota destacou a apresentação e a qualidade das falas dos membros do CPA e agradeceu pelo aprofundamento das discussões sobre a reforma do ensino médio. Avultou sobre a aprendizagem profissional que é desenvolvida por meio de atividades teóricas e práticas, garantindo a formação profissional e humana, científica, política e cidadã. Pontuou ainda sobre as organizações da sociedade civil que são entidades qualificadas em formação técnico profissional, reconhecidas e habilitadas no âmbito do cadastro nacional da aprendizagem profissional, que garantem os direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e a formação integral dos adolescentes por meio de proteção social e direitos. Informou que o governo federal, por meio do Ministério da Educação, reconheça essas entidades sem fins lucrativos e continue discutindo e buscando aprimoramentos na reforma do ensino médio, com atenção para as demandas da população brasileira diversa e complexa. A Adolescente Isis de Jesus perguntou com relação aos adolescentes que estão vivenciando o NEM, como irão lidar com o Enem esse ano? Sendo que as matérias que vão cair no Enem já foram tiradas dos do seu ensino, para o novo ensino médio. O Sr. Alexandre do Nascimento observou sobre a questão do sistema socioeducativo, que não é restrito, mas envolve outras áreas, como a de assistência e desenvolvimento social. Notificou um diálogo interministerial com o Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério do Desenvolvimento Social para discutir como articular a perspectiva educacional e aprimorar o sistema socioeducativo. Mencionou que a fiscalização e supervisão do sistema é feita pelos sistemas estaduais de ensino, mas é possível definir algum tipo de protocolo de orientação para aprimorar esse processo. Informou que a aprendizagem profissional envolve o Ministério do Trabalho e do Desenvolvimento Social e também ao Ministério da Educação. Pontuou fazer um diálogo em torno da agenda do sistema socioeducativo com o secretário da SETEC, professor Getúlio, que possui conhecimento na área. Discorreu sobre uma discussão das organizações sociais como instituições de educação e foi mencionado que há um conflito normativo que precisa ser melhor entendido e que o Fórum Nacional de Educação (FNE) é uma das entidades que coordena a consulta. Ponderou também que a plataforma da consulta pública já está sendo preparada e que o texto integral da consulta estará disponível na plataforma e que o cronograma de todas as atividades será divulgado na próxima semana e que haverá uma pesquisa eletrônica para ouvir a opinião dos estudantes, sobre o novo ensino médio na escola, com educadores e a comunidade e entender o que está acontecendo nas escolas. Destacou que foi realizada uma amostra estatística em municípios, em escolas de diferentes tipos, a pesquisa começa em maio e estende-se até julho, com o objetivo de mapear os impactos da reforma do ensino médio em diferentes estados, com relação ao Enem, apenas três estados estão no terceiro ano da implementação da reforma, enquanto os demais estão na implementação parcial. Informou que o Inep, responsável pela organização do Enem, está em diálogo para decidir como contemplar os estudantes que vivenciaram a reforma e aqueles que não. Pontuou que a decisão sobre como será o Enem será tomada após a consulta. Refletiu sobre a educação pública e seu desejo por uma sociedade inclusiva e justa, mesmo sabendo que a educação ideal não é possível dentro da sociedade capitalista, mas é preciso fazer o melhor dentro dessa realidade, mantendo a visão estratégica e o compromisso com o presente sem perder a perspectiva do futuro. A Vice-presidente Marina de Pol agradeceu ao Sr. Alexandre pelas suas contribuições no debate e pela presença durante o período da manhã. Informou que durante a reunião, foram discutidos diversos assuntos relacionados à educação, e foram levantados alguns encaminhamentos para serem realizados. O primeiro encaminhamento foi a solicitação da presença de um membro do Fórum Nacional da Educação na próxima assembleia, com o objetivo de dialogar sobre o novo ensino médio e trazer a visão da sociedade civil para o debate. O segundo encaminhamento consiste em a Sra. Sandra, junto com o CPA, organizar uma ida ao MEC para dialogar sobre a consulta pública relacionada ao novo ensino médio e também a mesma irá divulgar o cronograma das atividades do MEC com relação ao novo ensino médio para o Conanda. O terceiro encaminhamento solicitar para que a CPP encaminhe essa agenda com a Setec. Lembrou que foi sugerido pelo Sr. Alexandre a realização de uma agenda com a Setec para dialogar sobre a educação profissional. Expressou expectativa de que os encaminhamentos sejam realizados e se possa avançar no diálogo e nas ações relacionadas à educação. O Professor Marquinhos sugeriu para o cronograma a disponibilidade de tempo para que esse novo encontro, na possibilidade de realizar um novo debate para dar continuidade às discussões iniciadas. Recomendou que o debate fosse agendado para o mês de junho, pois é um tempo adequado para que todos possam se preparar e se organizar para a reunião. Advertiu a presença do representante do governo do MEC, para fortalecer o debate. A Vice-presidente Marina de Pol destacou que esse é o conjunto de encaminhamentos dessa pauta. E com todos devidamente elucidado a respeito. Colocou os encaminhamentos em regime de votação, ficando assim aprovado. Na sequência, prosseguiu para o próximo ponto de pauta: Revisão do Calendário das reuniões das comissões. Observou que as reuniões das comissões, precisam ser reorganizadas devido às dificuldades que os Conselheiros e representantes do governo e da sociedade civil enfrentaram para participar nas datas e horários definidos anteriormente. Destacou que é importante definir um cronograma para essas reuniões, mantendo a paridade entre os representantes do governo e da sociedade civil, mas sem paralisar as atividades das comissões caso um dos lados não possa comparecer. Ressaltou que a agenda das reuniões é divulgada e as reuniões são abertas, e, portanto, existe uma responsabilidade pública em manter o compromisso com a organização dessas atividades. Observou que os Conselheiros foram incentivados a se articular com seus suplentes caso não possam comparecer às reuniões das comissões, que não haverá mudança no calendário das assembleias, que já foi aprovado anteriormente e apresentou a proposta da mesa diretora com relação ao calendário das comissões, informou que há 2 propostas para seja terça e quarta ou quarta e quinta. O Sr. Fred pontuou que essa foi matéria de discussão na Comissão de Direitos Humanos de Ação Parlamentar, por uma questão que envolve a ele diretamente, por ser relator da comissão e as reuniões. Observou sobre o problema relacionado aos horários de realização das reuniões da comissão, explicou que, para garantir a participação dos adolescentes do CPA, a comissão

busca atender às especificidades dos horários escolares. Entretanto, nesse horário, há a ordem do dia na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o que torna impossível a sua participação nas reuniões, já que as terças, quartas e quintas são dias de sessão. Apontou que nenhuma das duas propostas apresentadas pela mesa contempla essa possibilidade, e sugeriu que a reunião pudesse ser realizada em uma segunda-feira, já que nesses dias não há sessão nas casas legislativas no caso da Comissão Parlamentar. A Vice-presidente Marina de Pol após discutir e ouvir sugestões de possíveis problemas sobre o horário da próxima reunião. Destacou após verificar com a Secretaria Executiva da possibilidade de a reunião acontecer na segunda-feira à tarde, desde que seja fixo esse horário, para que a Secretaria Executiva possa se organizar adequadamente para participar. Ressaltou que não será possível ficar mudando o horário da reunião de acordo com o desejo dos participantes, e que esse compromisso deverá ser cumprido. Entendeu e de acordo que seja segunda e quarta com o revezamento de horários. A Sra. Laurenice Alves observou que a Secretaria executiva tem tentado se dividir para participar de todas as agendas, e estar presente em todas as reuniões da Secretaria Nacional. Foi sugerido que as reuniões fossem agendadas em no máximo dois dias para que houvesse uma organização mais eficiente, e que não seria possível mudar o horário da reunião depois de ter sido definido. Porque a Secretaria precisa se organizar adequadamente e que não pode ficar à disposição das comissões a semana toda. Sugeriu que a reunião aconteça na segunda e na quarta-feira para contemplar a agenda da Secretaria. Reforçou definir um calendário para que possa ser publicado, tenha participação social e todas as comissões. A Sra. Bell considerou um encaminhamento para organizar as reuniões da CPP e CDHP durante o mês de maio. A proposta é que a CPP se reúna pela manhã e a CDHP à tarde, ambas na segunda-feira. As coordenações devem se comunicar para organizar isso e já ficar definido que, no próximo mês, junho, ocorra a inversão, ou seja, quem se reuniu de tarde em maio, se reunirá de manhã em junho e vice-versa, cominando essa dinâmica entre elas e a Secretaria Executiva será informada sobre dessa exceção. A Sra. Elisa Tauáçurê destacou a importância de se manter uma agenda fixa e estável que possa participar e fazer a sua voz ser ouvida, a fim de evitar instabilidade e perda de credibilidade como a instituição, pois se trabalha muito com o Judiciário e que a falta de uma agenda fixa pode causar constrangimentos sérios com autoridades desembargadoras. Observou que essa perda de credibilidade pode afetar tanto a instituição quanto o Conselho como um todo. A Sra. Marta Volpi concordou com a proposta de agenda fixa para montar o calendário, que será publicado, com o horário, e assim todos conseguem se programar e comparecer, fazer um esforço para cumprir o compromisso. A Vice-presidente Marina de Pol notificou não ter decisão entre as comissões, e ressaltou encaminhar com essa votação na primeira agenda, no período da tarde, sem debate só para indicação dos horários e ponto final. Destacou que apenas a CDHP fechou para segunda e terça. Seguidamente, avançou para o próximo ponto de Pauta sobre o Decreto 11.473 – Recomposição Sociedade Civil. Informou que ontem foi realizada uma conversa, onde foi apresentado o posicionamento da sociedade civil em relação à recomposição do CONANDA. Foi destacado que a recomposição é fundamental e que valoriza todo o trabalho desenvolvido pela sociedade civil. Entendeu que deve subir os suplentes e seja adotada como forma de recomposição, já que um novo processo eleitoral e que agora inviabilizaria o trabalho do CONANDA e atrapalharia a agenda. Discorreu que a organização seria por eixos, numa composição de 159, que é a proposta da sociedade civil para reorganização. Recomposição é do Conanda. Destacou que um grupo de trabalho havia sido organizado para apresentar uma proposta, porém, não teve retorno da Assessoria Jurídica, assim se propôs a extinção desse grupo de trabalho e que a proposta apresentada pela sociedade civil seja encaminhada para votação e verificou se há alguma contribuição ao debate e discussão da proposta. O Sr. Ricardo Melo destacou sobre o diálogo proposto pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), em que expressou satisfação em participar e ressaltou a importância da organização do fórum em encaminhar propostas e da composição da comissão eleitoral. Informou que o regimento interno do Conanda estabelece que a Ascensão por eixos e que em 2018 a composição era de uma vaga titular e suplente por eixo, acrescentadas mais 3 vagas no eixo 2 e 3 vagas no eixo 3, totalizando 09 vagas de titularidade e respectivas suplências. Observou que esse aumento seja feito com base no decreto de 2023, mas que mantém o de 2018 e reforça o papel do regimento interno, e no julgamento da DPF 622 do Supremo Tribunal Federal. Solicitou que o Conselho aprove por aclamação, a proposta da Sociedade Civil. A Vice-presidente Marina de Pol colocou em regime de votação, quem aprova que seja extinto o grupo de trabalho, com a ascensão dos suplentes na organização por eixos em 159, após votação com duas abstenções, ficou aprovada. A Sra. Laurenice Alves frisou o informe sobre o decreto, tendo em vista que a assembleia decidiu por aclamação, a subida dos suplentes. Informou que deve fazer uma resolução até o próximo dia 5 de maio, fazendo a informação de quem será e como será a nova recomposição e que todos os Conselheiros que farão parte da nova composição deverão estar no dia 16 de maio, para tomar Posse. Próximo ponto de pauta: Relatoria da Comissão Organizadora da XII Conferência – COCNDCA. Relato feito Sra. Teresa Santos discorreu sobre o Relato da Reunião da Comissão da Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que ocorreu no dia 15/04/2023. O objetivo da reunião foi dar início à construção do planejamento da 12ª CNDCA, que foi convocada pela presidência do Conselho Nacional e será realizada em Brasília, no período de 7 a 9 de novembro, na modalidade presencial. O tema da conferência será "a situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da COVID-19, violações e vulnerabilidades. Ações necessárias para a reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade". Destacou que a 12ª CNDCA será precedida por conferências livres municipais, o que evidencia a importância da participação da sociedade civil na construção de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. Apresentou mais informações sobre a 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA), que será realizada em novembro de 2023, em Brasília. Antes da conferência nacional, serão realizadas conferências livres municipais, uma etapa do Distrito Federal e etapas estaduais, nas quais serão eleitos

943 delegados e delegadas de 26 estados e do Distrito Federal, sendo 309 adolescentes e 70 crianças. A relatoria da conferência será realizada pela Conselheira Teresa Farias, do Ministério da Educação, e as subcomissões serão compostas por Conselheiros do governo federal e de organizações da sociedade civil. A subcomissão de metodologia contará com a Assessoria técnica da FLACSO para apoiar o estudo e registro de sistematização dos diagnósticos demandados e prioridades apontadas pela sociedade civil. O prazo de recebimento do relatório das etapas estaduais encerra-se em 15 de setembro. O Sr. Antônio Lacerda informou que foi a primeira reunião da comissão houve um debate aprofundando um pouco mais sobre o processo da conferência, sobre a organização e composição das subcomissões, uma vez que a comissão organizadora já estava constituída. Foi sugerido que dois membros da sociedade civil fossem alocados em cada uma das subcomissões e que Socorro participasse na subcomissão de articulação e mobilização. Posteriormente, houve uma troca de membros entre as subcomissões de mobilidade e metodologia. Ressaltou que todos os Conselheiros e conselheiras se colocassem nas subcomissões para que a participação não ficasse restrita apenas à comissão organizadora. Destacou que a subcomissão de mobilização e articulação era de extrema importância, e que seria necessário um trabalho grande de articulação com os Conselhos estaduais. A contratação do local também foi mencionada como uma das atribuições da subcomissão de infraestrutura e que as pessoas se colocassem nas subcomissões. A Sra. Marta Volpi questionou sobre a recomposição do Conselho e como isso afetaria a distribuição dos Conselheiros nas subcomissões e se é necessário que cada um presente na reunião já se coloque em uma subcomissão ou se seria melhor esperar pela recomposição do Conselho para discutir a distribuição com os novos Conselheiros. Levantou a possibilidade de deixar a escolha das subcomissões como opcional, caso haja mais pessoas no Conselho. A Vice-presidente Marina de Pol ponderou deixo para a próxima assembleia, já com os novos titulares que a comissão apresente quais são as tarefas de cada subcomissão e na próxima assembleia se define os participantes de cada uma delas. Acatada a sugestão. Colocou em regime de votação a aprovação do Relatório da Comissão de Conferência, ficando aprovado o Relatório e assim finalizou o período da manhã convocando todos para o intervalo do almoço com retorno às 14hs. A Vice-presidente Marina de Pol cumprimentou a todos e após intervalo deu prosseguimento a pauta da assembleia onde retomou sobre a definição do calendário das comissões, e após discutido entre as comissões ficou definido que as comissões se alternarão entre as segundas e terças-feiras, com horários definidos pelas próprias comissões. A CPP e CMF sempre ficará na terça-feira e as outras comissões poderão alternar com ela. As comissões CDHAP sempre na terça à tarde e a COF sempre na segunda de manhã, ficando assim a proposta do calendário das comissões aprovada por votação. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu a Sra. Marina pela condução do trabalho e prontamente seguiu para o próximo ponto de pauta com a Relatoria da Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças – COF; O Sr. Edmundo Ribeiro informou que a COF se reuniu três vezes, inclusive hoje para alinhar propostas feitas pelas comissões. A CPP propôs um levantamento nacional sobre o serviço de acolhimento em tempo de Covid, e a COF questionou se seria uma publicação digital e sugeriu que não houvesse custos ou que o financiamento viesse da comissão de orçamento e finanças. Outra proposta discutida foi a avaliação do Plano Nacional, e a COF sugeriu que se retire o termo "novo" para evitar confusões. Por fim, foi destacado que o SINASE é apenas adaptado e não há um "novo" plano nacional como o SUS. O presidente ainda está avaliando as propostas. Destacou sobre a proposta da COF (Comissão de Orçamento e Finanças) de manter um milhão de reais por mais de um ano para o Plano Decenal do Direito da Criança e do Adolescente, devido à sua importância e por ser considerado o "plano mãe". Todos os outros planos, como o de combate ao trabalho infantil e de combate à exploração sexual, estarão contidos no Plano Decenal, por isso ele merece um volume de recursos diferenciado. Destacou ainda que o Plano Decenal é elaborado pelo próprio CONANDA, sem contribuição de outros atores, o que justifica a diferença de valores em relação aos outros planos. Confirmou para o CPP diagnóstico Nacional sobre crianças e adolescentes e de povos e comunidade tradicional a comissão a propôs 600 mil e 12 meses, mas foi sugerido que o valor fosse diminuído para 300 mil. Para a criação e fortalecimento das escolas de Conselho Estadual, foi proposto o valor de R\$2,5 milhões para contemplar pelo menos cinco escolas de Conselho, com representação por região do país, sendo mantida a proposta. Já para a Avaliação e elaboração do Plano Nacional de enfrentamento de trabalho infantil, foi proposta uma modificação na redação, para que seja apenas avaliado, mantendo o valor de 200 mil, uma vez que outros parceiros vão construí-lo. A Sra. Débora de Carvalho interrompeu para esclarecer que o termo "novo" não foi utilizado nas reuniões da CPP e que a proposta sempre foi de avaliação e atualização dos planos existentes. Em seguida, sugeriu uma articulação com o CONAET para verificar se eles têm recursos para contribuir na avaliação do plano e possivelmente fazer uma ação conjunta para reunir esforços e recursos, na preocupação de que os 200 mil reais propostos para a avaliação possam não ser suficientes em nível nacional. O Sr. Edmundo Ribeiro fala sobre a proposta de Avaliação e elaboração do Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que é uma ação que abrange todos os estados da Federação e muitos Municípios. Pontuou que a comissão entende que a complexidade dessa ação pode exigir um reforço maior de recursos para sua avaliação, e sugere um valor de 500 mil reais. Mencionou que além disso, há uma proposta de elaboração de um diagnóstico nacional sobre crianças e adolescentes em situação de rua, e a comissão propõe uma nova redação que reconhece a criação de uma secretaria nacional de combate à discriminação e promoção dos direitos de LGBTQIA+ que deve ser responsável por essas questões. Destacou que a proposta é que o CONANDA contribua, colabore, mas não execute, já que essa é uma Política Pública que está sendo implementada pelo Governo Brasileiro. A Sra. Débora de Carvalho relatou que em uma reunião da CPP (Comissão de Políticas Públicas) foi discutida a falta de dados no Brasil sobre a população de crianças e adolescentes TRANS, e como isso prejudica a elaboração de políticas públicas para proteger essa população e na reunião foi mencionado que há um "apagão de dados" sobre o assunto, contrária à falta de

recursos para a obtenção desses dados e acredita que é importante reunir esforços entre o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e a secretaria para solucionar esse problema e construir políticas efetivas para a proteção de crianças e adolescentes TRANS. O Sr. Edmundo Ribeiro discutiu a importância de construir uma estrutura para cuidar do tema da população de crianças e adolescentes LGBT e dialogar com essa estrutura para tratar do assunto. Destacou que a proposta apresentada é que a comissão mantenha somente a população de rua e LGBTQIA+ como foco de atuação em 2023, com o objetivo de retomar o tema da população de crianças e adolescentes LGBT em 2024. Citou a dificuldade em obter recursos para projetar ações para essa população, mas que a pauta continuará sendo discutida na comissão e que ações são necessárias para proteção e diagnóstico. O Professor Marquinhos discorreu sobre a importância de uma construção coletiva para o tratamento do tema da população de rua e do público LGBT e que a COF sugere uma ponderação para investir na população em situação de rua em na construção de propostas para o exercício de 2023, e observou aguardar a consolidação da Secretaria e do Conselho para que possam ser trabalhadas em conjunto. Pontuou que a dívida do Conselho não é da gestão anterior, mas de três gestões anteriores, e que é necessário investir na população em situação de rua. Observou a possibilidade de resgatar um dinheiro bloqueado cerca de 200 milhões e utilizá-lo para fazer um excelente trabalho em vez de pegar apenas 600 mil ou 300 mil para um país que precisa de um diagnóstico mais completo. A Sra. Débora de Carvalho respondeu sobre os recursos que não é contra trabalhar e pensar em favor dessa população, mas que a escassez de recursos é um problema que precisa ser considerado. Acreditou que os recursos para um levantamento, mapeamento e diagnóstico dessa população podem ser um ponto de partida importante para a construção de políticas em conjunto com a Secretaria e o Conselho. O Presidente Ariel de Castro Alves sugeriu conversar com a Secretaria LGBT para verificar se há recursos disponíveis para o levantamento de dados sobre a população de crianças e adolescentes em situação de rua. Ressaltou que a secretaria não possui um fundo LGBT e está ainda em fase inicial de criação do Conselho, o que torna a disponibilidade de recursos incerta. Observou verificar essa possibilidade e apresentar na próxima reunião da comissão. A Sra. Débora de Carvalho sugeriu uma proposta de encaminhamento complementar ao Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Argumentou que a avaliação e atualização do Plano Nacional pode exigir recursos adicionais, incluindo a contratação de uma assessoria/consultoria para avaliar o plano decenal. Indicou que uma parte do recurso de um milhão destinado ao plano possa ser direcionada para o levantamento de crianças e adolescentes LGBTQIA+ em situação de rua e reconhece que o plano nacional teve uma implementação limitada e precisa de uma avaliação mais ampla para identificar áreas que precisam de mais recursos e atenção. O Sr. Assis abordou sobre a construção do plano decenal para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes e mencionou que o recurso disponível para o plano provavelmente será totalmente utilizado, mas também sugere que o plano decenal precisa considerar a interseccionalidade de raça, etnia, sexualidade e gênero na população de crianças e adolescentes. Destacou que para isso, é necessário realizar um levantamento diagnóstico que inclua a diversidade das infâncias e adolescências, de forma participativa e territorial, para conhecer as especificidades regionais e desenvolver diretrizes macro que orientem a construção de planos setoriais e intersetoriais temáticos, importante na construção do plano decenal para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes. A Sra. Débora de Carvalho reforçou incluir a população de crianças e adolescentes LGBTQIA+ na avaliação do plano decenal, especialmente com foco em aspectos como raça, etnicidade, sexualidade e gênero e apontou a falta de recursos destinados especificamente para essa população no plano, em contraste com outras áreas prioritárias, como situação de rua e trabalho infantil. Advertiu a importância de observar o todo e garantir recursos adequados para todas as áreas prioritárias, incluindo crianças e adolescentes LGBTQIA+. O Sr. Edmundo Ribeiro deu continuidade a apresentação do relatório sobre a avaliação e elaboração do plano decenal do SINASE pela CPP, que propôs um milhão de reais para a revisão e debates sobre a política pública, há debates em torno da terceirização da execução das medidas e das questões arquitetônicas do SINASE, que estão sendo analisadas pela CPP. Informou que a proposta da comissão é manter o investimento de um milhão de reais para preparar um plano adequado às necessidades do momento. Apresentou sobre a realização de eventos em prol dos direitos de crianças e adolescentes, como o 18 de maio, 12 de junho, 13 de julho, dia da criança e outras datas. Informou que a comissão debateu como realizar esses eventos com o valor disponível e decidiu manter a proposta de 300, para a produção de materiais e eventos virtuais, que não demandam muito recurso, pois entendeu que esses eventos são importantes para mostrar à sociedade a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente e combater discursos de ódio. Informou que a CMF já foi aprovada e que houve um debate anterior para a secretaria iniciar os processos de contratação da conferência e equipamentos do CPA. A próxima proposta é da CDHAP que debateu a necessidade de uma assessoria e advocacia para acompanhamento da produção legislativa. Confirmou que a Secretaria e o Ministério informaram que já possuem equipe para lidar com esse assunto e que não há necessidade de manter essa consultoria, mas a proposta foi mantida para discussão. A Sra. Marta Volpi observou que a Assessoria é no sentido de acompanhar a tramitação dos projetos de lei e não para incidência política, monitorar semanalmente ou quinzenalmente os projetos de interesse do Conselho e identificar se algum deles apresenta risco de aprovação. Pontuou que a comissão não vê a necessidade de contratar uma consultoria de advocacia, pois a Secretaria e a Procuradoria do Ministério já acompanham essas questões. O Sr. Edmundo Ribeiro citou que a comissão realizou um debate com órgãos do governo e entendeu que não seria possível aprovar uma advocacia para acompanhar as proposições legislativas envolvendo o direito da Criança e Adolescente e foi proposto um levantamento das proposições e estratégias de incidência para identificar o que está acontecendo e avaliar o impacto disso. Considerou utilizar equipamentos eletrônicos para realizar essa identificação. O Sr. Fred afirmou que o acompanhamento proposto pela comissão não se limita apenas aos projetos de lei, mas abrange toda a dinâmica do

Parlamento, incluindo a articulação política. Sugeriu que comissão deveria cuidar do acompanhamento do processo parlamentar como um todo, não apenas da legislação e que na descrição poderia ser complementada para abranger essa perspectiva mais ampla.

O Professor Marquinhos sugeriu melhorar a redação, mas entendeu melhor devolver para que alterem uma redação para que não tenha problema de perda de recurso. O Sr. Edmundo Ribeiro falou sobre o Sistema de Gestão da informação sobre a infância e adolescência, que consiste em fazer o levantamento dos sistemas governamentais de referência sobre informações de crianças e adolescentes existentes. Inicialmente, a comissão não entendeu muito bem qual seria a proposta, uma vez que a secretaria já teria as equipes e condições para fazer esse levantamento. Informou que a comissão precisa de mais esclarecimentos sobre a ação do Sistema de Gestão da informação da infância e adolescência. O Sr. Assis discorreu sobre os sistemas governamentais de referência sobre informações de crianças e adolescentes, como o SIPIA, Conselho Tutelar, SINASE e PPCAM, mencionou que há uma equipe responsável pela operacionalização do SIPIA, mas ainda há a necessidade de aperfeiçoá-lo e integrá-lo com outros sistemas como o SUA, SUS e o Sistema de operação acolhida. Levantou a questão de que é preciso contratar alguém para construir as ferramentas necessárias para essa integração. Sra. Maria Gutenara relatou que o Ministério agora possui uma área de indicadores vinculada à Secretaria Executiva e que há a intenção de fortalecer essa área, que é considerada prioritária. Observou seria interessante convidar o Coordenador Geral que tem conhecimento na área, para apresentar o plano do Ministério e discutir a integração dos sistemas propostos, não apenas na área da criança, mas em geral. O Sr. Edmundo Ribeiro destacou que a comissão discutiu a proposta do edital de linha de financiamento, com valor de 600 mil reais, para promover diálogos entre as comissões do Conanda e fazer um diagnóstico do funcionamento dos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais em todos os municípios brasileiros. A comissão solicitou maiores informações e explicações sobre a proposta, pois a proposta é fazer o levantamento do funcionamento de todos os Conselhos em 5.600 municípios, e decidiram deixar a proposta na "geladeira" até que mais informações sejam fornecidas. A Sra. Debora de Carvalho relatou que o recurso foi empenhado no final do ano passado para fazer uma pesquisa sobre a situação dos Conselhos tutelares no Brasil, em resposta a uma demanda recebida durante o ano, com o objetivo é entender quais Conselhos têm mais dificuldades ou operam de maneira ilegal. Destacou que o recurso já estava separado para a pesquisa, e estava em fase de elaboração do termo de referência para contratação de pesquisadores e sugeriu que, se houver informações do passado, talvez não seja necessário usar o recurso deste ano. O Sr. Edmundo Ribeiro apresentou ainda o eixo 3 Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo, criação da comissão de avaliação de SINASE por meio da Portaria do MDHC, com 2 milhões essas ações e informou que está repetida na CPP, ficando prejudicada e por último a COF apresenta uma proposta para fazer avaliação Nacional do sistema em fazer revisão e diagnóstico. A Sra. Mayara esclareceu que foi apresentado e discutidas duas ações distintas: a avaliação da política socioeducativa prevista no SINASE a cada três anos e a revisão e atualização do plano decenal que vence este ano. Embora sejam ações diferentes, elas estão englobadas na mesma proposta. Indagou qual é o recurso destinado para cada uma dessas ações, já que há uma previsão de 2 milhões de reais para a Comissão de Direitos Humanos, mas não está claro como esse valor seria dividido entre as duas ações. O Sr. Edmundo Ribeiro informou que o Conanda contratou a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para realizar uma avaliação sobre o SINASE, mas após algumas reuniões para trabalhar na metodologia, o projeto foi interrompido devido a problemas políticos. Destacou que o responsável pela comissão entrou em contato com a coordenação do SINASE e descobriu que a universidade apresentou um produto, mas não sabe se houve a utilização de recursos financeiros. Sugeriu que o assunto seja colocado em destaque para que a discussão continue sem prejudicar a aprovação do plano de aplicação. A Sra. Symmy Larrat elogiou a resistência do Conselho em relação à Promoção dos Direitos Humanos no país, destacando a importância da interseccionalidade na pauta LGBT, e ressalta que a proteção de crianças e adolescentes não deve ser uma pauta apenas da secretaria e do Conselho de criança e adolescente, mas sim de todos. Destacou que a secretaria se coloca à disposição para construir parcerias e promover a interseccionalidade das pautas, e pede o apoio do Conselho na luta pelos direitos das crianças e adolescentes e na promoção de um diálogo interseccional e diz estar enfrentando dificuldades orçamentárias, em busca de ampliar seu orçamento, mas que está comprometida em lutar pelos direitos humanos. O Sr. Edmundo Ribeiro retomou os pontos de apresentação com relação ao SINASE, a proposta da comissão é deixar aguardando e continua a avaliação no momento adequado, porque precisa conversar com as áreas. Exibiu a última proposta da COF no fortalecimento da Democracia participativa e da organização da sociedade civil de cada uma das unidades da Federação, colhendo contribuições para a formulação de uma política nacional de participação e controle social de crianças e adolescentes a proposta da COF é 12 milhões para o Brasil todo, nas 27 unidades da federação. O Presidente Ariel de Castro após finalizada as propostas do relatório da COF e sobre essa questão do SINASE, notificou a coordenação verificar esse dinheiro que foi empenhado, se foi ou não executado e qual o status para que se possa avaliar na próxima reunião da comissão. A Sra. Mayara relacionou sobre o sistema socioeducativo, na qual o primeiro item prevê um milhão para a revisão e avaliação do plano, enquanto os dois milhões restantes ficariam aguardando. Sugeriu que pelo menos um milhão seja garantido para a revisão do plano, enquanto o outro milhão fique em espera. A ideia é garantir pelo menos uma parte para o sistema socioeducativo. Concordeu que é desafiador elaborar um plano de aplicação sem dados mínimos garantidos sobre as crianças e adolescentes que têm sofrido. Lembrou que as duas linhas com maior recurso são as escolas de conselho, que atuam regionalmente em todas as regiões, e a linha de levantamentos de diretrizes para um plano nacional de participação, que também será realizado em todos os Estados. Afirmou que a linha de diretrizes de participação não pode ser dividida, pois é necessária para todo o país. Questionou a COF se seria possível deixar alguns estados para o ano seguinte, a fim de ter recursos para o

levantamento da população LGBTQIA+. O Sr. Edmundo Ribeiro informou que a comissão está encaminhando a ideia de deixar alguns temas para serem discutidos posteriormente, visando fazer as coisas com cautela e conhecimento. Sugeriu que o plano de aplicação seja mantido como apresentado, com exceção de dois temas que serão discutidos posteriormente: o SINASE e a questão LGBTQIA+. Foi acordado anteriormente que um milhão de reais seriam destinados ao SINASE e os outros dois milhões para segurar a continuidade, e a proposta é manter essa destinação de recursos e discutir posteriormente a questão LGBTQIA+ junto com a inclusão no plano de ação. Foi destacado que o tempo não permite o debate dessa questão no plenário no momento. A Vice-Presidente Marina de Pol entendeu que a discussão propõe construir uma mediação a respeito da inclusão da pauta LGBTQIA+ no plano de aplicação do sistema socioeducativo. Mencionou o Conselho Federal de Psicologia como uma entidade que tem se preocupado com a invisibilização e aniquilamento das subjetividades LGBTQIA+ e defende a importância de dar visibilidade a essa população infante-juvenil. Sinalizou que é importante avançar nesse sentido e reafirmar o alinhamento com a população LGBTQIA+. A Sra. Sônia Isoyama sugeriu manter o item relacionado à população LGBTQIA+ no plano de aplicação, juntamente com o item relacionado à população de rua, com o compromisso de que futuramente possam ser realocados recursos para complementar essa iniciativa. Ressaltou a importância de dar visibilidade para a população infante-juvenil LGBTQIA+ e garantir um encaminhamento efetivo para atender às suas especificidades. A Sra. Ana Cláudia destacou que seja incluída uma linha no plano para garantir um mínimo de recursos para lidar com um determinado tema, que parece já ter sido discutido anteriormente em outras comissões. Mencionou que isso não é apenas uma sugestão, mas sim um consenso de que é importante ter essa linha e garantir algum recurso para lidar com esse tema e que seja aprovada com a condição de que a linha seja incluída no plano. O Presidente Ariel de Castro trata da preocupação em relação ao bloqueio do contingenciamento do Fundo que tem sido uma preocupação recorrente, inclusive na gestão anterior e durante a transição. O Ministério da Fazenda já foi acionado e afirmou que não existe bloqueio ou contingenciamento no momento e que os recursos estão disponíveis para execução. Convidou a Sra. Gutenara para explicar quais ações serão necessárias para garantir a execução desses recursos. Informou que o CONANDA questionou a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, sobre o contingenciamento do orçamento do Fundo Nacional da Criança, e que a Secretaria respondeu foi que não há contingenciamento e que o fundo tem integralmente o que está previsto na lei orçamentária de 2023, que corresponde a aproximadamente 15 milhões e 700 mil reais. Destacou que o Fundo Nacional da Criança recebe recursos de doações e possui um valor financeiro de aproximadamente 113 milhões de reais, o que é muito maior do que o orçamento autorizado pela Lei Orçamentária Anual. Isso leva a uma incompatibilidade orçamentária, que é o que o CONANDA chama de contingenciamento. Pontuou que a luta do CONANDA é histórica e que é necessária uma articulação para tratar do orçamento, o que exige muita energia, dado que há vários atores envolvidos, incluindo o governo, o Congresso Nacional e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento. Advertiu que o CONANDA peça uma agenda conjunta com a Secretaria Executiva para tratar dessa questão. Informou que na reunião da LDO, foram discutidas algumas diretrizes, incluindo a transversalidade, com destaque para dois grupos prioritários: orçamento voltado para mulheres e orçamento para a primeira infância. Recomendou que o CONANDA aproveite o momento para fortalecer sua articulação nessa questão. Informou que foi discutido também sobre a eleição dos conselhos tutelares, e a Sra. Margarida, que trabalha com a primeira-dama, prometeu procurar a Secretaria Executiva do CONANDA para entender melhor o fundo, sobre as doações que poderiam ser destinadas ao fundo. O Presidente Ariel de Castro Alves sugeriu colocar em votação a proposta da Sra. Débora para que mantenha a redação anterior que eram 2 linhas diferentes: a primeira uma linha específica em relação ao diagnóstico Nacional crianças e adolescentes em situação de rua e outra linha separada por um levantamento Nacional sobre as violências sofridas por crianças adolescentes LGBTQIA+ era isso que a CPP debateu inicialmente e colocou em votação a questão do levantamento Nacional sobre violência contra criança e adolescentes LGBTQIA+ para que a Comissão analise na sua próxima reunião e apresente no plenário o orçamento que vai ser proposto para a execução dessa ação, Assim colocou em votação aos conselheiros conselheiras que concordam com a realização desse levantamento, sendo assim ficou aprovada a criação dessa linha no plano de ação orçamentário do Conanda utilização de recursos do fundo do levantamento Nacional sobre violências contra criança e adolescentes LGBTQIA+. Agradeceu a todos pela participação, por esse momento histórico dessa temática no Conanda e com tanta representação de pessoas históricas o movimento LGBTQIA+. O Presidente Ariel de Castro Alves colocou em votação o plano de aplicação que foi apresentado aqui pelo Conselheiro Edmundo em votação, sendo assim ficou aprovado sobre o plano de aplicação aqui apresentado. Sem mais a acrescentar, avançou-se ao próximo que é sobre a Relatoria da Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP. A Sra. Elisa Tauáçurê informou que no 12 de abril ocorreu uma reunião da comissão de políticas públicas para discutir quatro itens, sendo que a questão do enfrentamento à violência já foi discutida em reunião anterior. O foco dessa reunião foi o movimento de Infância plena, que enviou um ofício sobre a infância livre de violência disfarçada de aceitação. Houve um parecer do Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude sobre o direito à educação de crianças e adolescentes removidos e um guia da primeira infância também foi discutido. Abordou o tema delicado das crianças trans levantado pelo movimento Infância Plena em um ofício enviado ao Conanda. Durante a discussão, a especialista Dayana Brunetto Carlin dos Santos da Secretaria das pessoas LGBTQIA+, apontou a falta de pesquisas científicas sobre o assunto e a necessidade de estudos mais aprofundados para melhor atender as necessidades levantadas pelo ofício. Discutiu o processo transexualizador e a idade mínima para tratamento hormonal e cirurgias complementares de resignação sexual, conforme a Portaria 2803/2013 do Ministério da Saúde. Mencionou a jurisprudência do Paraná como uma defensora dos direitos da criança, independentemente das crenças das famílias e das escolas, para respeitar o nome social cedo para o bem-estar da

criança e mencionou uma pesquisa sobre auto identificação LGBTQIA+ no âmbito escolar, realizada pelo Instituto Aliança em 2019, com um recorte muito pequeno. Observou a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema da transexualidade, especialmente em relação à transição social e biológica. Também é destacada a importância de políticas públicas que acolham a população LGBTQIA+ para combater o Bullying, a automutilação e o alto índice de extermínio. Notificou que o Ministério da Saúde está em processo de revisão da portaria que redefiniu e ampliou o processo transexualizador no SUS, e aponta a necessidade de capacitar os profissionais de saúde em relação às práticas sociais. Destacou a importância de ouvir mais especialistas para proteger crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, especialmente aqueles que são LGBTQIA+, a educação sexual nas escolas é apontada como uma ferramenta importante para identificar e prevenir o abuso sexual, além de combater o preconceito e a discriminação. Apontou que a CPP inclui material sobre gênero e diversidade na escola, além de sugerir a formação de professores em questões de gênero, sexualidade e raça. A Sra. Dayana mencionou que a homossexualidade é um fator de grande rejeição na comunidade escolar e cita a necessidade de se considerar as diferenças culturais ao abordar o tema que sugeriu que a Dra. e farmacêutica do Ministério da Saúde Alícia Krieger seja convidada para o diálogo. Sugeriu sobre a questão da educação de crianças e adolescentes removidos, com uma atuação conjunta entre o núcleo de habitação, urbanismo e direito da educação para elaborar pareceres e recomendações, o programa Bolsa Família como condição para os benefícios. Mencionou ainda com relação a aprovação do guia da primeira infância, com sugestões de aprimoramento para a próxima edição, e a importância do enfrentamento das violências e da memória aos 18 de maio e fez referência à questão da criança trans e do movimento da infância plena. Citou os seguintes encaminhamentos: 1. Resposta ou Ofício movimento infância plena o Conanda irá elaborar estudo e focar nonexo causal de crianças LGBTQIA+ que sofrem Bullying, suicídio e automutilação. 2. compartilhamento do material gênero e diversidade na escola da articulação e além desse material do gênero diversidade na escola de normativas do Conselho Federal de Serviço Social, que vai se juntar ao repositório. 3. articulação com o governo a Secretaria de Habitação urbanismo e educação e o encaminhamento em Ofício de ofício em resposta, que já foi encaminhado. Completou que a Conselheira Fabiane falou sobre a gente também acionar os órgãos responsáveis pelas crianças e adolescentes removidos para garantir o que que foi solicitado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 4. guia da primeira infância é aprovado pela comissão de políticas públicas, foi lido pela maior parte dos conselheiros, portanto indica-se a inserção da logo na publicação e tomar nota dos apontamentos do Ministério da Saúde para o seu aprimoramento em uma nova edição. 5. resolução Proposta pela coordenadora Geral do enfrentamento de violências, que já foi aprovada aqui em Assembleia. O Presidente Ariel de Castro Alves questionou aos Conselheiros se compreenderam a questão apresentada, se há algum esclarecimento necessário a fazer, pertinente a apresentação da comissão e assim colocou em processo de votação sobre o relatório apresentado pela CPP, ficando assim aprovado o Relatório da CPP. Após votação prosseguiu ao próximo ponto sobre a Relatoria da Comissão Permanente de Ações Parlamentares – CDHAP. O Sr. Frederico apresentou o relato da Comissão Permanente de Ações Parlamentares – CDHAP e informou o que foi discutida na pauta do encontro e sobre os assuntos houve consenso sobre a impossibilidade de manutenção da pauta e a necessidade de envolver outras comissões do Conselho para discutir os temas. Mencionou que foi discutido foi sobre os atos de violência nas escolas. Pontuou que a Vice-presidente Marina informou que já havia uma nota sendo construída e um trabalho sendo desenvolvido. Observou que a comissão deliberou e que deveria tomar a frente desse debate e contribuir de forma mais intensa com um grupo de trabalho interministerial que foi formado para trabalhar esse tema e que o Conanda não poderia ficar fora dessa discussão e seria vergonhoso não participar desse debate e contribuir com essa política. Destacou outro ponto que foi a visita informal da Comissão à deputada Samia Bonfim para tratar da PEC 18/2011 e ficou acordado que essa visita seria adiada para uma oportunidade futura e mais formal e sugeriu que fosse feito o encaminhamento da mesa diretora de solicitação de agenda com a deputada Samia Bonfim para tratar desse assunto de forma oficial. Registrou que o conselheiro Romero propôs que a Comissão se apropriasse do material sobre o SINASE e que tivesse contato com o documento que já havia sido iniciado na universidade do Rio Grande do Sul. Pontuou que secretaria executiva atendeu prontamente a solicitação e participou da reunião para fazer esse conhecimento. Mencionou sobre a definição dos períodos de reuniões e os horários e dias em que seriam realizados e que a questão havia sido colocada como uma impossibilidade foi resolvida e já foi consagrada pela Assembleia. O Sr. Paulo registrou a maratona da semana que enquanto Federação Nacional dos Jornalistas em uma campanha de apoio à PEC do diploma, tendo passado a semana reunidos com lideranças de diversos partidos para colocar a PEC em votação. Além disso, houve a participação em uma audiência pública com a Deputada Federal Érica Kokay, sobre a violência envolvendo crianças e adolescentes. Destacou a situação das crianças indígenas em Roraima, que estão morrendo contaminadas por mercúrio devido à garimpagem na região e pontuou que a luta pela causa é permanente e a sociedade civil está à disposição para ajudar. O Sr. Ricardo reforçou a importância do Conanda para a região Norte e Amazônia, que muitas vezes têm demandas específicas diferentes do resto do Brasil e ter representações dessas regiões no Conselho para garantir que suas necessidades sejam atendidas. Destacou que o Conanda deve examinar programas anteriores, como o Programa Abraço, para avaliar o que foi feito e o que precisa ser feito. A Sra. Mayara apresentou a professora Ana Paula Mota Costa, que é uma referência na produção acadêmica e também coordena uma comissão na Universidade Federal Rio Grande do Sul. Informou que foi convidada para prestar informações em uma pesquisa, em que discutem a importância da avaliação do sistema socioeducativo, que deve ser realizada a cada três anos, mas que apresentou dificuldades na última vez em que foi feita, em 2020. A professora Ana Paula tem vasta experiência na área e deve trazer mais detalhes sobre a avaliação durante a discussão e agradeceu pela pesquisa. Observou de ter clareza sobre o que estão discutindo, especialmente quando se

trata do sistema socioeducativo, que já é negligenciado e causa impacto nas vidas das crianças. Ressaltou que a avaliação, o levantamento e o plano educativo são ferramentas importantes para a materialização da educação, construídas ao longo do tempo e agradeceu a professora Ana Paula pela disponibilidade em compartilhar seu conhecimento durante a pesquisa. A Professora Ana Paula Mota Costa professora na Universidade Federal Rio Grande do Sul mencionou que essa assembleia é vista como uma retomada deste conselho, informou que participou da avaliação nacional do SINASE e embora a avaliação tenha enfrentado vários problemas, incluindo a pandemia, mas também teve pontos positivos, ela produziu 14 produtos técnicos que foram entregues ao Governo Federal. Dois relatórios completos estão disponíveis no site do SEGOV e destacam os pontos principais da avaliação disponível no site www.urgs.segov. Destacou que foi um processo demorado para ser assinado o convênio de cooperação e foi decidido que a pesquisa seria sobre a medida socioeducativa de internação, ou seja, o sistema fechado. Ela destacou os limites dessa avaliação, como a falta de articulação nacional para realizar a pesquisa e a dificuldade de acesso a informações e pessoas. Observou que alguns gestores e Estados tiveram uma participação menor, inclusive o estado de São Paulo que decidiu não participar da pesquisa. Apesar desses limites, os dados quantitativos obtidos são considerados estatisticamente suficientes para um diagnóstico da avaliação do SINASE em todo o país. Abordou que apesar das dificuldades da pandemia, a pesquisa teve como objetivo elaborar indicadores para avaliar o desempenho do SINASE e produzir um relatório com recomendações para o governo federal. Citou o primeiro produto da pesquisa foram os indicadores, que foram detalhados em cerca de 120 itens e entregues para o governo federal e para os estados da federação. Esses indicadores são fundamentais para avaliar o estado das coisas e medir o progresso ao longo do tempo. O segundo foi o relatório da primeira fase da pesquisa, que apresentou uma série de dados importantes sobre diversos temas, como saúde mental, violência e mortalidade de adolescentes, entre outros e a partir foram feitas recomendações específicas para o governo federal em relação a cada tema. Destacou um ponto da pesquisa que foi a diversidade da situação e a desigualdade entre os sistemas estaduais, que embora a média nacional do SINASE seja mediana, ao se regionalizar os dados, é possível ver grandes diferenças entre os estados em relação a indicadores específicos. Observou que a falta de articulação nacional também foi um ponto crítico identificado pela pesquisa, com pouca orientação e normatividade nacional, o que resulta em retrocessos pontuais em alguns estados. Expressou sobre a falta de um Sistema Nacional Socioeducativo no Brasil e como uma pesquisa sobre o assunto teve que se adaptar à pandemia, utilizando grupos focais online para discutir temas relacionados ao acolhimento, atendimento e egresso de adolescentes do sistema. Concluiu que a pesquisa aponta cinco pontos importantes que devem ser enfrentados, incluindo a necessidade de uma gestão nacional e normatização mais clara, o financiamento insuficiente para custeio e pessoal qualificado, a falta de unidades socioeducativas em algumas regiões e a fragilidade na segurança e educação dos adolescentes devido à rotatividade e capacitação precária do corpo humano que trabalha no sistema. Abordou sobre a necessidade de criar um mecanismo de financiamento para os estados, principalmente para aqueles que não têm dinheiro para pagar salários melhores e realizar concursos públicos para contratar funcionários. Destacou a disparidade de concepções em relação à gestão, identificando três diferentes visões: a tutelar, a de direitos e a politivista, gerando conflitos entre juízes, promotores, defensores, equipes técnicas e sociedade educadoras. Avultou que a falta de uma unidade sobre o que fazer com um adolescente impede que se faça, o que dificulta a eficácia do trabalho realizado e que ainda há risco de vida para adolescentes que morrem quando saem das instituições. Recomendou investir na definição de sistemas, na capacitação e no investimento, além de abordar o tema da violência nas unidades socioeducativas e da criação de um observatório para intervenção em casos de morte de adolescentes dentro das instituições. Sugeriu atualizar os dados quantitativos, uma vez que os apresentados são de 2019 e já se passaram três anos desde a implementação do sistema que precisa ser avaliado. A Sra. Mayara considerou que algumas entregas previstas não foram possíveis de serem realizadas, mencionou que há uma obrigação legislativa para a participação nesses processos de avaliação e que estão sendo pensadas ferramentas de responsabilização para estados que não cumprem com essa obrigação. Destacou que a coordenação do projeto está se dedicando à revisão e atualização da metodologia utilizada. Mencionou a realização de uma reunião com o Conselho Nacional do Ministério Público para alinhar a próxima avaliação do SINASE para garantir a participação de todos os estados. Observou que a equipe também deseja contribuir com o fortalecimento e realização do projeto de uma forma que seja benéfica para todos. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu a apresentação e colocou em votação a aprovação do Relatório da Comissão de Direitos Humanos apresentado aqui pela comissão de direitos humanos e Ação parlamentar, ficando assim aprovado o Relatório. O Presidente Ariel de Castro Alves discorreu sobre Projeto de Lei que está sendo acompanhado pela equipe da Damares, que propõe a revogação do poder deliberativo do CONANDA, tornando-o apenas um órgão consultivo. Pontuou que o projeto ainda não foi examinado em nenhuma comissão, mas está atualmente na Comissão de Celebração Social e Família, ainda sem relator designado. Sugeriu que seja feita uma incidência para indicar um relator ou um deputado de confiança para votar contra o projeto e sair da comissão com um parecer de mérito contrário, com o objetivo de impedir a aprovação do projeto e preservar o poder deliberativo do CONANDA. Presidente Ariel de Castro Alves colocou em votação a aprovação do pedido agenda com a deputada Sâmia Bonfim sobre a PEC 18 que foi proposto pela comissão e ficou aprovado o pedido e o Sr. Fred juntamente com a Secretaria ficará na articulação e marcar para a próxima Assembleia. A Sra Marta mencionou que houve uma reunião sem representação formal do Conanda, com a Deputada Samia, a instituição, a Fundação e os Escoteiros. E destacou que a ideia é formalizar a visita com representação do Conanda para levar o posicionamento que foi aprovado por unanimidade, envolvendo governo e sociedade civil a fim de fortalecer a argumentação em relação à PEC em questão. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu em nome da coordenação SINASE e do Conanda, aos adolescentes, educadores e responsáveis pelo sistema socioeducativo do Distrito

Federal, bem como à Secretaria de Justiça do DF, por participarem de uma sessão do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e demonstrou agradecimento a colaboração de todos na proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. O Presidente Ariel deu por encerrada o ponto da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar avançou para a próxima Relatoria da Comissão Permanente de Mobilização e Formação – CMF. A Relatora Maria Luiza Moura Oliveira (CMF) relatou sobre a reunião virtual da comissão realizada no dia 17 de abril, presidida pela coordenadora Maria do Socorro. Durante a reunião, foi mencionado um convite feito pela Yasmin, da comissão, para uma conversa sobre a questão de violência nas escolas, no dia 24 de abril. Verificou a necessidade de retomar a Resolução 199, que fala sobre a participação protegida dos adolescentes do CPA, e que essa resolução ficaria indisponível a partir do dia 24 para receber contribuições dos conselheiros até o dia 4 de maio, quando seria feita a devolutiva com as contribuições para a Flacso. Discutiu fortalecer a relação da instituição e existência do CPA nos Conselhos Estaduais de direitos da criança e do adolescente e de ter a participação dos conselheiros tutelares para fazer essa ponte. Discorreu sobre vários temas relacionados à infância e adolescência em uma comissão e um dos temas em destaque é a preparação para a 12ª Conferência Nacional, que está sendo cuidada pela secretaria executiva em conjunto com a comissão e mencionou começar a pensar no 33º Aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que ocorrerá em 13 julho. Informou que há planos de realizar um Encontro Nacional da CPA e de incluir este evento na programação da Assembleia. Sugeriu ideias para a construção de uma programação mais ampla, incluindo uma Audiência Pública na Câmara Federal para discutir temas relacionados à infância, bem como uma sessão sobre temas da infância no Congresso Nacional. Observou que foi colocado os problemas do SIPIA e analisar o funcionamento do sistema socioeducativo e do sistema no Brasil, com o objetivo de melhorar a coleta de dados e a gestão desses sistemas. Informou que houve um relato do que é o CPA e como é feita a seleção e reuniões, cronogramas e jornadas formativas, destacou preocupação com a questão diagnóstica e com a qualidade dos dados relacionados à infância e adolescência no Brasil. A Sra. Tatiana complementou sobre uma sessão solene na Câmara para que adolescentes ocupem o espaço e chamem a atenção dos Deputados para a causa. Ressaltou a ideia de convocar uma sessão extraordinária para discutir a metodologia do diagnóstico de algumas questões do CPA, devido à falta de tempo na última reunião. A Conselheira Maria do Socorro sugeriu a realização de um evento cultural e artístico no aniversário do ECA, envolvendo meninos e meninas de Brasília para criar algo próprio e valorizando a criatividade deles, com atividades como desenho, pintura, música, rap e capoeira, contando com a presença do Presidente Lula, desde que o evento seja realizado em um espaço seguro. A Adolescente Yasmin Santos mencionou a importância de um evento que envolva a participação do CPA e de adolescentes para fortalecer a participação dessa faixa etária no país, já que muitas vezes eles não têm espaço para se expressar e participar ativamente da sociedade e registrou a oportunidade de criar algo próprio e demonstrar a efetividade da participação dos adolescentes é vista como uma forma de garantir essa participação no futuro. O Conselheiro Eloi observou que há uma discussão sobre a operacionalização do SIPIA e o Conselho Tutelar, demandas e problemas em relação ao registro de itens, e sugeriu um levantamento atualizado sobre o assunto. Informou que há ofícios do Conselho Tutelar que precisam ser respondidos, mas há problemas dos Municípios e de falta de estrutura. E com relação ao evento, é importante ocupar o maior espaço possível para mostrar a importância da garantia dos direitos das adolescentes. O Sr. Edmundo levantou uma ideia para a comissão, relacionada à lei 10.433, que trata sobre o fundo da Criança e do Adolescente, em que lei foi aprovada no Congresso e agora está caminhando para o Senado e foram montadas as comissões há cerca de um mês. Sugeriu que comissão faça um evento no Senado, em vez da Câmara, para mobilizar as forças em favor da aprovação da proposta que resolve 90% dos problemas do fundo e também convidar a Presidenta da comissão mista da frente parlamentarista para ser parceira do CPA e do Conanda na construção desse evento. O Presidente Ariel de Castro Alves colocou em votação a aprovação Relatório da Comissão Permanente de Mobilização e Formação – CMF e ficou aprovado o Relatório. A Sra. Fátima levantou as questões sobre o Smartlab e a retomada CONAETE, e com relação ao Smartlab, é uma plataforma que reúne várias informações e dados sobre o Conselho Tutelar e trabalho infantil. Embora algumas informações não estejam atualizadas devido à pandemia, seria interessante explorar as possibilidades de articulação dessa plataforma com outras que já existem. Discorreu sobre o CONAETE, destacou que essa comissão foi desativada e modificada em sua constituição nos últimos tempos, diminuindo a participação de algumas instituições. Alegrou com a notícia do CONAETE que foi retomada por meio do Decreto nº 11.496 de 19 de abril de 2023, a qual tem um papel importante na definição das diretrizes para o enfrentamento do trabalho infantil através do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, composta por representações do governo federal, empregadores, trabalhadores, sistema de justiça, sociedade civil organizada e organizações internacionais e do Ministério do Trabalho e Emprego. O Sr. Antônio Lacerda julgou interessante definir quem é a representação do Conanda e destacou que o CONAET é um espaço importante que elabora um plano nacional de educação do trabalho infantil. A Sra. Dayane mencionou ser representante do sistema socioeducativo, responsável pela capacitação dos servidores e pela educação permanente dos trabalhadores da socioeducação. Informou que o projeto envolve diferentes áreas artísticas como música, poesia, piano, produção de vídeo e imagem, entre outras. Destacou que a parceria com esses adolescentes artistas tem sido enriquecedora para o sistema socioeducativo, trazendo novas possibilidades de produção cultural e movimentando de forma positiva o trabalho de educação com esses jovens. A Conselheira Mayara julgou interessante com o cuidado na divulgação das imagens dos adolescentes e sem aparecer a ideia dos adolescentes Kelly, Marcos e Ketlen, apresentaram cantando uma música feita por eles. A Adolescente Yasmin falou da importância desses espaços e a demonstração da arte dos adolescentes. O Adolescente Kleberson abordou o ponto de que a cultura e a arte salvam vidas, principalmente das crianças e dos adolescentes. A Conselheira Maria do Socorro falou sobre a sua experiência

socioeducativa que trabalha no "Lar do Garoto" na Paraíba, onde atende adolescentes. Observou a potencialidade dos jovens e a importância de investir em políticas públicas para fortalecer sua cidadania. Enfatizou a importância de garantir que os adolescentes tenham acesso à educação, saúde, arte e cultura, tornando a unidade socioeducativa um espaço de formação e não de prisão. O Conselheiro Eloj reforçou que os jovens presentes são a esperança de um país melhor, com solidariedade, justiça, ética e respeito. Notificou a importância de surgirem novas lideranças com vontade de mudar a realidade atual, e parabenizou os jovens pela possibilidade de transformar suas comunidades de forma positiva, como agentes de mudança. A Sra. Thaíse discorreu sobre a importância da participação dos adolescentes em privação de liberdade nas audiências do CONANDA, e que esse espaço deve ser ocupado por eles. Colocou à disposição para ajudá-los na luta por seus direitos. Observou que a coalizão defende que o estado deve investir em políticas públicas que proporcionem alternativas à privação de liberdade, como educação, arte, esporte e lazer, para que essa não seja a única opção para os jovens em conflito com a lei. O Conselheiro Ricardo ressaltou que a Assembleia do CONANDA, ampliou a participação da sociedade civil e aumentou a presença de crianças e adolescentes. Informou que CONANDA foi criado em 1990 e em 2006, o CONANDA discutiu a resolução sobre o sistema socioeducativo, que se tornou lei em 2012, com o objetivo de garantir o direito à educação, saúde, esporte e assistência social para adolescentes em privação de liberdade. Ressaltou preocupação com o controle social do investimento e a observância das decisões judiciais que foram destacadas. Registrou que recentemente houve uma luta pela aprovação de uma orientação para meninas no sistema socioeducativo, e é importante observar as necessidades das meninas e suas famílias, especialmente no que se refere à acessibilidade das unidades. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu ao Sistema Socioeducativo do Distrito Federal por parte da Daiane, que representou os educadores, servidores e adolescentes presentes. Reconheceu a evolução do sistema ao longo dos anos, especialmente em relação à implementação dos princípios do SINASE, a contratação de quadros técnicos, a elaboração de planos individuais de atendimento e a avaliação da medida aplicada, do judiciário que se estruturou melhor nesse atendimento. Enfatizou a importância da educação e da socioeducação, afirmando que a redução da maioria penal não é uma solução viável, e que a privação de liberdade é uma forma cara de tornar as pessoas piores. Observou que o investimento na educação e na área social é fundamental para o desenvolvimento de jovens e adolescentes e é um compromisso do CONANDA e do MEC. Lembrou que a Assembleia começou com a Primeira-Dama Janja, com a transmissão ao vivo da TV Brasil da Assembleia do Conanda, com os adolescentes tratando do ensino médio e o MEC participando da sessão, das comissões com várias pautas importantes, do plano de ação e do SINASE, informou aos Conselheiros e Conselheiras que se pretende ter o novo CONANDA já na próxima sessão, com os 15 titulares e os 15 suplentes do governo e os 15 titulares e 15 suplentes da sociedade civil. Agradeceu a toda a equipe do Conanda Raquel, Sérgio, Carlos, Érica, Orlando, Secretária Executiva Laurenice, e assim, diante de todo exposto encerrou a sessão.

Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, bem como inciso III do artigo 154 da Portaria MMFDH nº 3.136/2019, lavrei esta Ata

LAURENICE ALVES DE CASTRO

Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Laurenice Alves de Castro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 19/05/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3571025** e o código CRC **A8102FD9**.